



Mamadú Indjai

**A DEMOCRACIA E SEUS DESAFIOS NA GUINÉ-BISSAU:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 1973 E 2003**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado

**Redenção
2017**

Mamadú Indjai

**A DEMOCRACIA E SEUS DESAFIOS NA GUINÉ-BISSAU:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO ENTRE 1973 E 2003**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 30 de junho de 2017

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof. Dr. Sebastião André Alves Lima Filho
Júnior
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Indjai, Mamadú.

I34d

A Democracia e seus desafios na Guiné-Bissau: uma análise do período entre 1973 e 2003 / Mamadú Indjai. - Redenção, 2017.
67f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado.

1. Democracia. 2. Participação Política. 3. Direitos Humanos.
4. Sociedade Civil. 5. Estado. I. Machado, Prof. Dr. Eduardo Gomes. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 321.8

Dedico este trabalho, o meu pai Ansumane Indjai (sua memória), à minha mãe Bori Djassi, o meu Malam Djassi, o meu tio Seco Djassi. A todos, sou grato por tudo que sou hoje.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador pela confiança depositada em mim e pela sua dedicação em me orientar nesse trabalho de conclusão de curso. Meus agradecimentos serão direcionados a todos os funcionários da UNILAB, entre os técnicos administrativos, professores.

De forma muito especial agradeço a minha família, meus pais Ansumane Indjai e Bori Djassi, meus tios Malam Djassi e Seco Djassi e as pessoas que sempre me incentivaram a continuar os estudos.

Naquela mesa

Naquela mesa ele sentava sempre
E me dizia sempre o que é viver melhor
Naquela mesa ele cantava histórias
Que hoje na memória eu guardo e sei de cor
Naquela mesa ele juntava gente
E cantava contente o que fez de manhã
E nos seus olhos era tanto brilho
Que mais que seu filho
Eu fiquei seu fã

Eu não sabia que doía tanto
Uma mesa num canto, uma casa e um jardim
Se eu soubesse o quanto dói a vida
Essa dor tão doída não doía assim
Agora resta uma mesa na sala
E hoje ninguém mais fala do seu bandolim

Naquela mesa tá faltando ele
E a saudade dele tá doendo em mim
Naquela mesa tá faltando ele
E a saudade dele tá doendo em mim

Nelson Gonçalves

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo estudar a teoria da democracia, compreendendo aspectos importantes de suas características e dimensões, fundamentando análises empíricas sobre a democracia em Guiné-Bissau. Para isso a leitura dos trabalhos dos teóricos, Joseph Schumpeter (1961), Robert Dahl (1997) e Giovanni Sartori (1994) como fundamentação teórica de tradições da democracia liberal, elitista e/ou restrita e de Jurgen Habermas, John Stuart Mill (2006) e Carole Pateman (1992) e outros para fundamentar teorias de democracia participativa, deliberativa e representativa. A partir dessas referências teóricas, se analisa a implantação e os desafios da democracia em Guiné-Bissau, na sociedade política e na sociedade civil. A pesquisa envolveu análise bibliográfica, documental e de dados secundários quantitativos e qualitativos.

Palavras-chave: Democracia; Participação política; Direitos Humanos; Sociedade Civil; Estado.

Abstract

The present conclusion work aims to study the theory of democracy, comprising important aspects of its characteristics and dimensions, based on empirical analysis of democracy in Guinea Bissau. To this end, the work of the theoreticians, Joseph Schumpeter (1961), Robert Dahl (1997) and Giovanni Sartori (1994) as theoretical foundation of traditions of liberal democracy, elitist and / or restricted and of Jurgen Habermas, John Sturt Mill (2005) and Carole Pateman (1992) and others to support theories of participatory, deliberative and representative democracy. From these theoretical references, the implementation and challenges of democracy in Guinea-Bissau, political society and civil society are analyzed. The research involved bibliographic, documentary and quantitative and qualitative secondary data analysis.

Keywords: Democracy; Political participation; Elections; Human rights; civil society; State.

Lista de ilustrações

Ilustração 1. Mapa administrativo da Guiné-Bissau.....	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – quadro ilustrativo dos períodos trabalhados nessa monografia	31
Quadro nº 2 – Partidos políticos e seus respectivos candidatos as eleições presidenciais e legislativas de 1994.	42
Quadro nº 3 – Percentagem de votos e número de deputados eleitos na eleição legislativa de 1999.	45
Quadro nº 4 – Resultados da eleição presidencial em percentagens dos votos dos candidatos a presidenciais de 1994.	45
Quadro nº 5 – Percentagens de votos e número de deputados eleitos nas eleições legislativas de 1999.	46
Quadro nº 6 – Resultados da eleição presidencial em percentagens dos votos dos candidatos a presidenciais de 1999.	47
Quadro nº 7 – Divisão dos círculos eleitorais em regiões e dentro destes em sectores	48

Lista de abreviaturas e siglas

ANP – Assembleia Nacional Popular

AD – ação para a democracia

AMAE – Associações das mulheres em atividades econômicas

BM – Banco Mundial

CEDAW – Convenção sobre a eliminação das discriminações contra as mulheres

CE – Conselho do Estado

CCE – Conselho dos Conselheiros do Estado

CNE – Comissão Nacional de Eleições

CR – Conselho Regionais

ECLP – Estatuto de Combatentes da Liberdade da Pátria

FARP – Forças Armadas de Libertação Nacional

FCG-SD – Fórum Cívico Guineense – Social-Democrata

FD – Frente Democrático

FDS – Frente Democrático Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FLING – Movimento Nacional de Libertação de Guiné

GEMFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

JAAC – Juventude Amílcar Cabral

LIPE – Liga Guineense de Proteção e Desenvolvimento Ecológico

MUDE – Movimento para a Unidade e Democracia

PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PADEC- partido para democracia desenvolvimento e cidadania

PCD – Partido de Convergência Democrático

PDP – Partido Democrático do Progresso

PRD – Partido para a Renovação e Desenvolvimento

PRP – partido de renovação e progresso

PRS – Partido de Renovação Social

PUSD – Partido Unido Social Democrático

PTP – Pacto de Transição Político

RENAJ – rede nacional das associações juvenis da Guiné-Bissau

RENLUV -

RGB-MB – resistência da Guiné-Bissau/movimento Bafata

UEMOA- união econômica e monetária do oeste-africana

UM – União para Mudança

UNIOGBIS- gabinete integrado das nações unidas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau

UDEMU- união democrática das mulheres do partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde

Sumário

Introdução	13
1 TRADIÇÃO NA TEORIA DA DEMOCRACIA.....	16
1.1 Tradição liberal, elitista e restrita (Dahl, Sartori, Schumpeter)...	16
1.2 Democracia representativa, participativa e deliberativa (Mill, Rousseau, Pateman, Habermas, Cole)	20
2 PERCURSOS E DESAFIOS DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU.....	30
2.1. Breve síntese política do período pós independência	30
2.2 A constituição da República e suas mudanças	38
2.3 Partidos políticos e eleições na Guiné-Bissau... ..	42
3 SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA EM GUINÉ-BISSAU.....	52
3.1. Sociedade civil em Guiné-Bissau.	52
3.2. Os direitos humanos em Guiné-Bissau.....	56
Consideração Finais	62
Referências bibliográficas.....	65

Introdução

O presente trabalho procura a partir das diferentes tradições políticas e teóricas da democracia discutir e avaliar a evolução da democracia na Guiné-Bissau. Problematizamos o nosso trabalho, indagando se o sistema político, a democracia pode mensurar qualitativa ou quantitativamente o cotidiano do país? Quais os benefícios da democracia para a Guiné-Bissau? Como a democracia se relaciona com direitos humanos no país? Quais as potencialidades, restrições e desafios que envolveram e envolvem a implantação da democracia no país?

O objetivo geral da pesquisa foi estudar a Teoria da Democracia, compreendendo aspectos importantes de algumas de suas tradições, suas características e distinções, fundamentando análises empíricas. Os objetivos específicos foram: 1) Identificar características, potencialidades, restrições e desafios que envolvem a implantação da democracia em Guiné-Bissau; 2) Entender e caracterizar diferentes momentos e ciclos políticos vivenciados em Guiné-Bissau no período Pós-Independência, entre 1973 e 2003; 3) analisar a Constituição da República e suas mudanças; 4) analisar os partidos políticos e as eleições na Guiné-Bissau; 5) analisar os direitos humanos e as múltiplas violências que dificultam sua existência; 6) analisar a existência ou não de requisitos e direitos considerados essenciais à implantação da democracia em Guiné-Bissau, no âmbito da sociedade política e da sociedade civil.

Para chegar a esses objetivos e os pontos dos capítulos vamos mostrar a metodologia utilizados para chegar a esses objetivos e definir conceitos como partes que costumam o trabalho em capítulos. A metodologia utilizada neste trabalho no que se refere à coleta de materiais, combina pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa utilizada combina-se também a pesquisa qualitativa, quantitativo, que segundo Oliveira (p. 24-25) a pesquisa qualitativa é entendida como “expressão genérica”, ou seja, o que compreende as atividades ou investigação que podem ser chamadas de específicas. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa que nas suas abordagens são trabalhados os dados buscando seu significado, ele busca captar as aparências do fenômeno a ser estudado e também a sua essência para poder explicar a sua “origem, relações e mudanças” para poder intuir as suas consequências. Enquanto que a pesquisa quantitativa é aquele que tem

características de empregar a quantificação tanto na coleta de informação quanto no tratamento dessas informações coletados através de técnicas estatísticas.

De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p.54) a pesquisa bibliográfica é uma pesquisa que procura explicar e discutir um assunto, um tema ou um problema com base nas referências publicadas nos livros, jornais, revistas etc. Mas que busca analisar ou explicar contribuições sobre determinado assunto, problema ou tema. Ainda Martins e Theóphilo (2009, p.55) a pesquisa documental é uma pesquisa que são utilizados os documentos como fonte de dados, evidências e informações. São variados tipos de documentos que podem ser escritos ou não, tais como: documentos arquivados, em entidades públicas e privadas, etc... e essa pesquisa tem semelhanças com a pesquisa bibliográfica, e a principal diferença decorre na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias ao passo que a pesquisa documental utiliza as fontes primarias.

Fizemos uso de trabalhos a luz da teoria da democracia das bibliografias dos trabalhos dos seguintes autores: Joseph Schumpeter (1961) na sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia*; Roberto Dahl (1997) na sua obra *a Poliarquia*; Giovanni Sartori (1994) na sua obra *A Teoria da Democracia*. Esses autores foram trabalhadas para discutir a tradição liberal, elitista e/ou restrita da democracia, e autores: Stuart Mill (2006), Rousseau (1998), Pateman (1992); Habermas (1994) e Cole (1989) para discutir as teorias da democracia representativa, deliberativa e participativa. Foram utilizados também outros livros, artigos e teses.

Os documentos utilizados foram: Constituição da República de 1973, de 1984 e Relatórios da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Lei Eleitoral.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro é “A democracia e seus desafios”, no segundo capítulo tratamos dos “Percurso e desafios da democracia na Guiné- Bissau” e no terceiro capítulo foi discutida a “Sociedade civil e a democracia na Guiné- Bissau”.

O primeiro capítulo abrange conceitos básicos da pesquisa: “democracia, democracia representativa, democracia deliberativa, participação política”, onde discutimos diferentes tradições da democracia.

No segundo capítulo temos “percurso e desafios da democracia na Guiné- Bissau”, contextualizando a situação política da Guiné-Bissau pós independência, onde

fazemos as análises da constituição da república e suas mudanças, dos partidos políticos e as duas primeiras eleições legislativas e presidenciais no país.

No terceiro capítulo “sociedade civil e a democracia na Guiné-Bissau” descrevemos a situação dos direitos humanos no país, Analisando também a sociedade civil na Guiné-Bissau.

1 TRADIÇÕES NA TEORIA DA DEMOCRACIA

Há diferentes tradições políticas e teóricas na democracia. Desta forma, para discutir e avaliar a evolução da democracia na Guiné-Bissau, suas características, potencialidades e restrições, convém apresentar e discutir essas tradições. Neste capítulo serão apresentadas e discutidas as tradições: liberal, elitista e/ou restrita dos teóricos Schumpeter (1961), Dahl (1997), Sartori (1994), e também serão discutidas as teorias da democracia participativa, deliberativa e representativa em teóricos Mill (2006); Rousseau (1968); Pateman (1992); Habermas (1994) e Cole (1989). Com essas teorias pretende-se, identificar as dimensões e componências que potencialmente evidenciam a instituição da democracia no Estado e na sociedade, problematizando então a evolução da democracia em Guiné-Bissau.

1.1. Tradição liberal, elitista e restrita (Dahl, Sartori, Schumpeter)

Para isso analisaremos o conceito da democracia em três teóricos: Robert Dahl, Giovanni Sartori e Joseph Schumpeter. Analisando o sistema político, onde a oposição, a rivalidade ou competição e a inclusão entre agentes políticos são aspectos importantes na análise da democratização.

Nesse tópico vamos trazer discussão acerca do pensamento dos três autores acima citados, começando pelo Robert Dahl autor norte americano no seu trabalho Poliarquia, onde discutiremos a questão de participação e oposição, em seguida traremos Giovanni Sartori autor italiano, onde também falaremos da democracia e os seus processos decisórios e comitês, e finalmente o cientista político austríaco, Joseph Schumpeter que vai apoiar na análise sobre elitismo e o método político da democracia.¹ Machado (2010) situa pensamento de Dahl através Fernando Limongi (1997), reconhecendo a importância da escola pluralista na “preservação da liberdade política à sobrevivência e a contraposição de inúmeros poderes sociais independentes”, e, ao mesmo tempo evidencia a influência de uma concepção de ação social “estratégica associada ao individualismo metodológico” centrada na avaliação da escolha individual decorrente da avaliação permanente de custos, ganhos, perdas e riscos potenciais. Dahl afirma que:

¹Esses três autores são trabalhados a partir de tese de doutorado na Universidade Federal de Ceara, do Eduardo Gomes Machado sob tema: Planejamento Urbano, Democracia e Participação Popular: o caso da revisão do plano diretor de Fortaleza. E também a partir das próprias obras originais dos autores citados.

A democracia é fruto de cálculos de custos de benefícios feitos por atores políticos em conflitos [...] a democracia é fruto de cálculos de atores políticos inseridos em uma relação estratégica.

A manutenção da democracia não depende da adesão previa de atores sociais a determinados valores. A adesão às regras democráticas é circunstancial, contingente. “Depende, sobretudo, de considerações estratégicas [...] (DAHL, 1997, p.21-22, APUD MACHADO, 2010, p.51).

Nessa perspectiva, para um Estado ou governo serem considerados democráticos “todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas” (Dahl, 1997, p.25-26) de: (1) formular suas preferências; (2) expressar suas preferências e seus concidadãos e ao governo; (3) ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de referência. Para que essas oportunidades existam, Dahl (1997, p.28) afirma que a democracia requer que as instituições da sociedade forneçam pelo menos oito garantias: (1) Liberdade de formar e aderir organizações; (2) Liberdade de expressão; (3) Direito de voto; (4) Elegibilidade para cargos públicos; (5) Direito de líderes políticos disputarem apoio/voto; (6) Fontes alternativas de informação; (7) Eleições livres e idôneas; (8) Instituição para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Para Dahl (2001, p. 49), na democracia todos devem ser tratados como se estivessem igualmente qualificados para participar do processo de tomada de decisões, isso exige princípios e regras relacionados à igualdade política, embora Dahl (1990, p. 48-51) reconheça “a existência de grandes diferenças entre cidadãos em relação aos recursos, oportunidades e numerosos motivos de desigualdade política”.

Essas desigualdades mencionadas podem ser segundo sua teoria, desigualdades de Raça, propriedade e controle de unidades econômicas, mas ele acredita que as “vantagens e desvantagens dessas diferenças não se encontram todas nos mesmos indivíduos, estratos sociais ou classes”. Além disso, nem todas essas desigualdades “podem ser facilmente convertidas e se pode então é em desigualdade política”, que ele trabalha sobre a “conciliação entre a democracia e desigualdade social” no que diz respeito a “propriedade e ao controle de unidades econômicas”, refere que, a propriedade e o controle nas empresas, afeta de duas maneiras, estruturalmente relacionadas, mas muito diferentes, a desigualdade política. Em primeiro lugar, contribuem para a criação de grandes diferenças entre os cidadãos no tocante à riqueza, renda, status, qualificações, informações, controle sobre informação e propaganda,

acesso a líderes políticos e de modo geral, oportunidades na vida não só para adultos como também para filhas ainda em gestação, bebês e crianças. Depois de feitas todas as devidas ressalvas, diferenças como essas contribuem, por sua vez, para gerar importantes desigualdades entre cidadãos em sua capacidade e oportunidade de participar, como políticos de iguais condições, do governo do Estado (MACHADO, 2010, p. 53).

Com essas desigualdades que o autor compreende as instituições enquanto mecanismo de ordenação social, articulando as tradições da “escolha racional estratégica” e do “institucionalismo”. Assim, para Dahl (2001, p. 49) “a democracia e processo político vinculado ao governo e as decisões políticas, remetendo à existência de um conjunto de regras e princípios que tem como pressuposto essencial a afirmação da igualdade política”.

Mais do que isso, Dahl (1997) traz como pressuposto chave que caracteriza a democracia a contínua responsividade do governo em relação às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais. Nessa perspectiva, Dahl (1997, p.28) estrutura a democracia em duas dimensões: (I) Oposição, contestação pública ou competição política; (II) Participação ou inclusão. Nesse sentido Dahl (2001, p. 99-100) considera que essas duas dimensões são requisitos para a existência da poliarquia, ou seja, que existam funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificada; autonomia para as associações e cidadania inclusiva.

Para Sartori (1994), na política é que se reproduzem articulações e mediações entre as “preferências, as potencialidades, as restrições e as vantagens”. Sartori (1994) compreende a democracia enquanto processo de tomada de decisões que é feito por várias unidades. A democracia é definida etimologicamente como governo do povo, afirmando “o povo como uma parte maior expresso por um princípio de maioria limitada (...) o princípio da maioria limitada indica que “nenhum direito de nenhuma maioria pode ser “absoluta” (isto é ilimitada)”, derivando a definição da democracia “como um sistema do governo da maioria limitada pelo direito das minorias” (Machado 2010, p. 46). Para Sartori (1994, p. 57), a definição etimológica da democracia como “governo do povo” é o primeiro passo da pesquisa, do conteúdo, mas que não extrai muitos proveitos desse procedimento, ou seja, ele questiona esta definição da democracia, mas o vê como alicerce de compreensão de aspectos importantes, aspectos como:

1- “princípio relativo às origens e à legitimidade de poder, indicando que o “poder só é legítimo quando é realmente concebida de baixo, só quando é

emanada da vontade popular e só quando repousa em um consenso básico expresso””.

2- [...] “sociedade tem procedência sobre o Estado, que os governantes e o governo devem aceitar o “princípio de que o Estado está a serviço dos cidadãos e não a sociedade a serviço do Estado”” (...) (MACHADO 2010, p. 46)

Nesta ótica, Sartori (1994, p.52) afirma que na modernidade a democracia depende de três fatores: (1) poder limitado da maioria; (2) procedimentos eleitorais; (3) Transmissão do poder de representantes. Esses três fatores abririam caminho para compreensão dos “processos decisórios das decisões coletivizadas”. Nesse caso ainda, para Sartori (1994, p. 287-288) as decisões coletivizadas seriam as decisões políticas a nível macro, que se encontram fora da competência do indivíduo, tomadas por outro, ou seja, a decisão coletivizada é quando a coletividade se organiza e se submete as decisões coletivizadas. Isso significa que essas decisões são políticas, no sentido de serem soberanas inescapáveis e sancionáveis.

Portanto, a democracia se relaciona à formação das decisões coletivizadas, entendidas enquanto decisões políticas. Nesse sentido, Sartori (1994, p. 287-288) destaca a existência de comitês, entendidos enquanto órgãos decisórios que desempenhariam papel importante no sistema político, indicando três características constituintes desses comitês: (I) Um grupo pequeno de interação em relação face a face; (II) Um grupo durável e institucionalizado; (III) Um grupo que toma decisão em relação a um fluxo de decisão, indicando um contexto decisório contínuo de decisões específica sobre questões específicas (MACHADO 2010, p. 48).

Schumpeter na sua obra de 1961 – Capitalismo, socialismo e democracia – traz uma interpretação clássica de democracia que se afirma no debate político e científico em todo mundo na contemporaneidade, definindo a democracia como:

[...] método político, isto é, um certo arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzira em determinadas condições históricas (SCHUMPETER, 1961, P.295-296 APUD MACHADO, 2010, p. 42)

Nessa definição podemos entender que a democracia é um método político, e não uma relação de idéias, no pensamento dele, neste método o indivíduo adquire o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos livres da população. Perspectiva que segundo Bobbio a

[...] efetivação da democracia envolve uma garantia de um conjunto de direitos, formatos e arranjos institucionais que articulam, estruturam mediante as interações entre agentes sociais, e são entendidos como requisitos ou pressupostos de um sistema democrático (BOBBIO, 1997, p. 18 APUD MACHADO 2010, p. 42).

Schumpeter (1997) afasta democracia como um “ideal absoluto ou um valor última”, mas avalia-o como método que não produz os mesmos resultados nem os mesmos interesses e ideais, criticando a teoria fundada no utilitarismo, problematizando os termos como a “vontade popular” e o “bem comum” como elemento que se contrariam e que são definidos pela teoria democrática.

1.2. Democracia representativa, participativa e deliberativa (Mill, Rousseau, Pateman, Habermas, Cole).

Stuart Mill (2006, p. 192), autor inglês, descreve os trilhos dados pela industrialização, dando destaque às transformações que aconteceram com o seu surgimento, sobretudo o “da classe operaria da burguesia industrial e financeira e a universalização de uma economia de base monetária”. Essas transformações segundo ele constituem uma nova ordem social da sociedade moderna. As mudanças que aconteceram na economia e na sociedade eram tão importantes quanto as que aconteceram na política, que podemos agrupar em três grandes blocos, que são:

- 1- A constituição de um conjunto de instituições capazes de canalizar e dar voz à oposição, criando um sistema legítima de contestação pública;
- 2- O alargamento das bases sociais do sistema político, com a incorporação de setores cada vez mais amplos na sociedade;
- 3- A política, e, portanto, a democracia vincula-se às decisões sobre os critérios que presidirão a distribuição da riqueza e dos valores socialmente produzidos.

Mill, (2006, p. 192) afirma que a oposição:

[...] é um fato inerente a toda e qualquer processo político. Tomando em sentido bem amplo, é através da política que toda sociedade enfrenta uma questão crucial: quais os critérios que irão presidir a alocação da riqueza e dos valores socialmente produzidos. Uma vez que esta riqueza e estes finitos, a insatisfação é um resultado previsível em qualquer decisão política. Isto significa que o processo político sempre traz latente uma dose de competição que pode no máximo ser abafada, mas nunca eliminada. Pois bem, a “invenção moderna está em criar mecanismos para observar

esta competição, institucionalização processamentos capazes de dar a voz à desagradadores presentes nas atividades da oposição, tornando-a alternativa do governo” (MILL, 2006, p.192).

Sobre o alargamento de bases sociais do sistema político, ele deu o exemplo da Inglaterra, que esse processo foi realizado mediante a expansão da participação eleitoral, essa expansão se deu com as grandes reformas eleitorais, que posteriormente universalizaram o direito de voto, e também aumentou a “representatividade da tradução dos resultados eleitorais em cadeira de parlamento, ou seja, os resultados advindos das eleições acabaram por aumentar a representação no parlamento” (MILL, 2006, p.192). Ainda Mill, (2006, p.192) “a constituição de sistema de partidos eleitorais de base ampla e competitiva” é um dos elementos mais visíveis nesse processo, que traz condições para canalizar a participação da população no sistema político.

Então, podemos ver que esses momentos são cruciais na democracia representativa, tornando a oposição ao governo uma realidade que antes não era visto, e ao mesmo tempo levando aquela camada que outrora foram deixados de lado da senda política a uma participação em nível de representação. Essa transformação não aconteceu num dia por outro, como mostra Mill (2006), essa transformação acontece mediante incorporação de mecanismos institucionais que minimizam o dissenso entre elites políticos, abrindo espaço para o sistema de participação popular. Mais do que isso, ao vincular o sistema político à distribuição de riquezas e valores, abre espaço para reformas distributivas e de políticas sociais no capitalismo.

Analisando a democracia deliberativa a partir da primeira metade do século XX, trazemos Leonardo Avritzer no seu trabalho “Teoria democrática e deliberação pública” (Avritzer, 2000). E autores por ele trazidos que trabalharam com a teoria da democracia no seu conceito de deliberação, autores como Jean Jaques Rousseau e Cohen que usaram o termo deliberação como o “processo no qual um ou mais agentes avaliam razões envolvidas em uma determinada questão” (Habermas, 1994; Cohen, 1989) e os autores que usaram o termo como o “momento no qual o processo de tomada de decisão ocorre” (Rousseau, 1968; Schumpeter, 1942; Rawls, 1971).

A partir dos escritos desses autores podemos perceber como o processo deliberativo se tornou um pratica da democracia. Nesse sentido, Avritzer traz duas fases distintas, e colocando autores também nas fases diferentes, de um lado os clássicos que privilegiaram o aspecto decisório no interior do processo deliberativo, nesse lado podemos

enquadrar Rousseau. Para esse autor, quando qualquer proposto é levado para assembleia, os representantes votam e dão suas opiniões a respeito da lei proposta, portanto a vontade geral se deduz a partir da contagem de votos, e os representantes que suas opiniões não prevaleceram significa que estavam equivocados, ou seja, aquilo que eles pensavam que era vontade geral não era, para Rousseau isso é equívoco.

Para conseguir definir o processo de formação da vontade geral como processo de avaliação da vontade da maioria Rousseau recomenda a concepção de democracia que se baseia nos elementos seguintes: (...) “a decisão como elemento central do processo deliberativo; a ideia de que, uma vez aferida à vontade da maioria, a posição perdedora nada mais representa do que um erro” (...) (AVRITZER, 2000, P.26). Essa forma de percepção do processo deliberativo no interior de teoria democrática foi uma hegemonia ao longo de muitos anos, mas ao longo desse processo têm surgido alternativas a essa concepção, sobretudo a “ideia de um processo de decisão e avaliação no qual os diferentes aspectos de uma determinada proposta são pesados.” (AVRITZER, 2000, p.26).

Ao longo do tempo têm surgido tendências dentro de teoria da democracia: como avaliar o elemento argumentos no processo deliberativo. Então esses processos, situando ainda Avritzer (2000), têm diversas origens, mas o importante delas é que questiona a centralidade do momento decisório no interior do processo deliberativo, isso nos anos 70 da contemporaneidade. Alguns desses autores são Cohen (1996) e Habermas (1994) por um lado como autores que aconselharam a teoria dos movimentos sociais ou a teoria da esfera pública, ou seja, esses autores chamaram atenção para a centralidade do momento argumentativo, momento esse entendido por eles como momento onde os indivíduos fazem intercambio das suas razões que eles fizeram em publico, e por outro lado Melucci (1996) e Young (1996) são aqueles que trabalharam com a questão da identidade, mas também se preocuparam com a centralidade do processo argumentativo no momento do reconhecimento da validade de uma identidade alternativa.

A partir desse segundo grupo de autores vamos centralizar por um lado a nossa análise, trazendo autores como: Max Weber (1946), Joseph Schumpeter (1942) e Antony Dawns (1956), todos eles trazido por Avritzer e por outro lado traremos Adriano Loubenow que trabalha a idéia de Habermas na sua teoria de Esfera Pública e Democracia deliberativa.

Weber é dos autores que na sua análise como sendo teórico social da primeira metade do século XX trabalhou o Ceticismo Democrático que se tornou dos principais

elementos decisionísticos da deliberação e posteriormente surgiram Schumpeter e Downs que deram continuidade do ceticismo em relação às formas argumentativa de deliberação como forma de organização política ao longo da primeira metade do século XX. No ceticismo, Weber trabalha a tradições culturais, ou seja, esse debate envolve tradições culturais diferentes como primeiro elemento dessa concepção. E segundo elemento desse debate seria a “percepção de que a complexidade administrativa seria contraditória tanto com a participação quanto com a argumentação” (...) (AVRITZER, 2000, p. 28). Assim no primeiro elemento, das tradições culturais Weber constata que as divergências como elementos externos ao Estado Nacional seriam problemas centrais para a democracia, ou seja, aqui ele está afirmando uma percepção restrita da democracia.

Schumpeter é considerado de autor de transição da teoria da democracia entre cenário europeu e norte-americano ao longo da primeira metade do século XX, quando a democracia como forma de organização política entra em crise na Europa. É tido como quem reforçou dois elementos do decisionismo deliberativo nas suas reformulações que é a “rejeição de formas públicas de discussão e argumentação e a identificação das práticas decisórias com o processo de escolha de governantes” (AVRITZER, 2000, p. 30).

Para Schumpeter (1941) dois motivos estão no desaparecimento do elemento argumentativo da democracia que seria “a integração do homem comum à política e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa” (AVRITZER, 2000, p.30), porém esses dois processos contribuem muito para que o processo argumentativo não seja mais o centro na democracia. Por isso ele não aceita que a vontade dos indivíduos exista como ordenado, e levou-o a dizer que essas vontades são “impulsos vagos operando em relação a slogans disponíveis e impressões falsas” (SCHUMPETER, 1942 p. 225), entendendo o seu papel como, ou seja, papel do processo argumentativo na formação da vontade geral como ficção. Com isso ele propõe uma inversão na relação entre soberano e governo, propondo uma doutrina que através dele a população escolha representantes que expressem as suas opiniões. Neste caso a democracia deliberativa reduziria unicamente à escolha de representantes, ou seja, aqui referindo uma concepção elitista da democracia.

De acordo com Avritzer (2000), a sociedade de massa trabalhada por Schumpeter voltou a ser defendida por Downs quando esse alega que os indivíduos nas sociedades democráticas possuem duas qualidades que os definem como racionais: a capacidade de formar um ranking de preferências e de relacioná-las com as propostas políticas feitas na sociedade pelas elites políticas (Downs, 1956). Portanto ele também anula a suposição de que

os indivíduos discutem e argumentam sobre suas preferências, isso é bem óbvia nas formulações dele ao substituir elemento argumentativo dentro de processo deliberativo por elemento decisionístico, que para ele é voto que vem da preferência individual pré-formada.

Em outra perspectiva, Loubenow (2010) traz a teoria Habermasiana sobre o papel da Esfera pública na política, traduzida numa ênfase institucionalizada, ou seja, faz análise do potencial discursivo a partir da reciprocidade que existe na ação de solidariedade sociointegrativa existente no mundo da vida com os procedimentos no nível político e administrativo.

Com as críticas em relação às implicações institucionais da concepção de esfera pública na sua obra *Theorie* (1981), levou-o a fazer reformulações em relação ao “sistema mundo da vida, com a necessidade de um duplo fluxo, capaz de revigorar as instituições” porque a concepção política resultante da obra sobre ação comunicativa não permitia um “autodemocratização interna do sistema”. Esse impasse conceitual obrigou-o a repensar essa articulação “a espontaneidade social e complexidade funcional, o nexos entre poder comunicativo gerado comunicativamente e o poder administrativo formalmente organizado no sistema político” (LOUBENOW, 2010, p.228-229).

A partir desse momento Loubenow, mostra que “os processos de comunicação e decisão já estão ancorados no mundo da vida por uma “abertura estrutural”, permitida por uma esfera pública sensível, permeável capaz de introduzir no sistema político os conflitos existentes” (LOUBENOW, 2010, p.229-230). O sistema político passou a ser pensado por esse autor como um centro Poliárquico, nesse momento o foco dele passou a ser institucionalização, a normatização dos processos “que se inicia pela formação da opinião e da vontade nas esferas públicas informais, acaba desaguando, pelo procedimental, nas instâncias formais de deliberação e decisão” (Loubenow, 2010, P.230) que é conhecido hoje como democracia procedimental e deliberativa. Através dessa institucionalização, pode-se perceber como ele pensa a democracia procedimental e deliberativa, com a institucionalização ele quer mostrar como solucionar problemas como

[...] a formação discursiva da opinião e da vontade pode ser institucionalizada, da ação recíproca entre esferas informais do mundo da vida com as esferas formais dos processos de tomada de decisão institucionalizados, de como transformar poder comunicativo em poder administrativo (LOUBENOW, 2010. p.231).

Loubenow ainda traz dois modelos normativos da democracia, modelo Liberal e Republicano, que dominaram debates ao longo do tempo. Habermas propõe uma alternativa que é o procedimental, porque a dimensão política comparativa tomada por ele seria a formação democrática da opinião e da vontade, com isso também que o processo democrático carrega compreensões normativas diferentes da sociedade e do Estado, e por outro lado a compreensão da soberania popular e legitimidade.

O princípio procedimental Habermasiano, segundo Loubenow:

(...) “visa amarrar um procedimento de normatização (o que significa: um processo de institucionalização da formação racional de opinião e da vontade), através do caráter procedimental, que garante formalmente igual participação em processos de formação discursiva da opinião e da vontade e estabelece, com isso, um procedimento legítimo de normatização. Nesse caminho via procedimental e deliberação, que constitui o cerne do processo democrático, pressupostos comunicativos de formação da opinião e da vontade funcionam como a “eclusa” mais importante para a realização discursiva das decisões no âmbito institucional. Procedimentos democráticos proporcionam resultados racionais na medida em que a formação da opinião e da vontade institucionalizada é sensível aos resultados de sua formação informal da opinião que resulta das esferas públicas autônomas e que se formam ao seu redor. As comunicações públicas, oriundos das redes periféricas, são captadas e filtradas por associações, partidos e meios de comunicação, e canalizadas para os foros institucionais de resolução e tomadas de decisão” (LOUBENOW, 2010. P. 234).

Com a linguagem habermasiano, o procedimento democrático deliberativo constitui o âmago do processo democrático, então a Esfera Pública serve como categoria normativa do processo político deliberativo, porque, de acordo com Loubenow (2010) a Esfera Pública serve como a estrutura intermediária na mediação entre o Estado e o sistema político e os setores privados do mundo da vida, ou seja, a Esfera Pública é

[...] uma “estrutura” comunicativa, um centro potencial de comunicação pública, que revela um raciocínio de natureza pública, de formação da opinião e de vontade política, enraizado no mundo da vida através da sociedade civil (...) e tem função de filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão, e introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, a fim de exercer influência e direcionar os processos de regulação e circulação do poder do sistema político, através de uma abertura estrutural, sensível e porosa ancorado no mundo da vida (LOUBENOW, 2010, p. 236)

Então, nesse ponto de vista a Esfera Pública é entendida como Espaço Social onde se emerge a formação discursiva da opinião e da vontade política. Habermas de acordo com Loubenow (2010) entende que a Esfera Pública informal se dá com Esfera Pública formal

através de diferentes níveis da Esfera Pública, ou seja, para ele a formação informal da opinião através da Esfera Pública informal, nas associações, nos interiores dos partidos políticos, na participação nas eleições gerais, nas corporações parlamentares e governo. Para isso, segundo essa teoria, há necessidade de implementar a formação da opinião e da vontade parlamentar na Esfera pública, e isso devera ser feita através de uma formação informal da opinião e da vontade na Esfera Pública, mas sem esquecer que a Esfera Pública não é institucionalizada e nem é sistêmica.

Pateman no II capítulo: Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole: Uma Teoria Participativa da Democracia, da sua obra Participação e teoria da democracia, publicado em 1992. Nesse capítulo Pateman situa o pensamento dos três autores acerca da teoria participativa da democracia, começando por Rousseau, que segundo ela a melhor forma de entender a participação na teoria do Rousseau seria compreender como é o seu ideal do sistema político participativo. Para Rousseau segundo Pateman (1992, p.35-36) as condições econômicas seriam importantes para sistema participativo, ou seja, com condições econômicas ele defende a igualdade econômica, não que seja uma igualdade absoluta, mas para não existir diferença a ponto de trazer desigualdade, esse ideal político seria que nenhum homem fosse rico o bastante a ponto de ser comprado ou pobre a ponto de se vender.

Rousseau nas suas teorias políticas sempre dá ênfase a participação política individual direta. Conforme nos mostra Pateman, que

(...) “toda a teoria do Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisão, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas” (...) (Pateman, 1992. P. 35).

Com tais condições sobre questões econômicas os indivíduos poderiam agrupar enquanto “indivíduos iguais e independentes”, por outro lado ele chama atenção para interdependência, que quer dizer que deve haver interdependência entre indivíduos que seria condições necessárias para preservar suas igualdades e independências.

De acordo ainda com Pateman

(...) “cada cidadão seria impotente para realizar qualquer coisa sem a cooperação de todos os outros, ou da maioria (...) haveria uma dependência igual por parte de cada indivíduo em relação a todos os outros, visto coletivamente como o soberano, e a

participação independente constitui o mecanismo pelo qual essa interação é reforçada” (...) (PATEMAN, 1992. p. 36).

Com essa formulação de participação de forma igualitária e interação por meio de inter-relação levou-a a concluir que

(...) “as leis, e não os homens devem governar, mas uma formulação ainda melhor do papel da participação é a que os homens, devem ser governados pela lógica da operação da situação política que eles mesmos criaram, e que essa situação constituísse de tal forma que impossibilita “automaticamente” a existência de governantes individuais (...) a única política a ser aceite por todos é aquela em que os benefícios e encargos são igualmente compartilhados; o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembleias em que as decisões são tomadas. O principal resultado político é que a vontade geral é, tautologicamente, sempre justa (...) de forma que os direitos e os interesses individuais são protegidos, ao mesmo tempo que se cumpre o interesse público. A lei “emergiu” do processo participativo, e é a lei, e não os homens, que governa as ações individuais” (PATEMAN, 1992. P.36-37).

Um dos autores trazidos nesse debate é Mill, que Pateman constata na sua teoria, certa ambiguidade, sobretudo quando Mill tenta diferenciar um governo representativo da democracia participativa nas suas propostas mais práticas. De acordo com Pateman (1992) o interesse “sinistro” dos que detêm poder é um dos maiores perigos para a democracia na teoria de Mill e constitui uma das questões mais importantes que exige consideração, na teoria, ou seja, como podem ser fornecidas garantias eficazes para eliminar esse mal, isso foi preocupação de Mill. Com esse problema Mill traz dois aspectos para um bom governo:

- 1- (...) “até que ponto ele promove a boa administração dos assuntos da sociedade por meio de faculdades morais, intelectuais e ativas que existem em seus vários membros”
- 2- (...) “uma grande influência sobre a mente humana” e o critério a ser usado para julgar as instituições políticas sob essa perspectiva é “o grau em que elas promovem o avanço mental geral da comunidade, entendendo-se por isto o avanço em intelecto, em virtude e em atividade prática e eficiência” (...) (Mill, 1910, p.208 e 195 apud Pateman 1992, p.43).

Pateman traz a crítica que Mill faz a Bentham por este entender que o primeiro aspecto constitui a totalidade para a boa governação, mas para ele o segundo constitui o aspecto mais importante e fundamental de um governo, apesar de ele considerar que os dois aspectos estão inter-relacionados e essa inter-relação que dá condições necessárias para boa governação e tipo correto de individuo em termos de caráter, para isso seria necessária o tipo correto de instituições.

De acordo ainda com Pateman:

“Mill apenas vê a possibilidade de desenvolvimento de um tipo de caráter “ativo”, de espírito público, no contexto de instituições populares, participativas. Encontramos aí, de novo, a asserção básica defendida pelos teóricos da democracia participativa da inter-relação e conexão existente entre indivíduos, suas qualidades e características psicológicas, por um lado, e os tipos de instituições, por outro; a asserção de que a ação social e política responsável dependem larga medida dos tipos de instituição no interior dos quais o indivíduo tem de agir politicamente. (...) Mill considera que as qualidades se desenvolveram pela participação que existia anteriormente, de modo que o sistema político tem um caráter de auto-sustentação” (...) (PATEMAN 1992, p.44).

Mill considera que o homem nunca pensa em coletividade, ou seja, pensa só em competir com essa coletividade. Segundo Pateman (1992), isso o leva a usar

[...] pouco suas faculdades e tende a “fixar a sua atenção e seu interesse exclusivamente sobre si mesmos, e sobre e sobre suas famílias, como apêndice de si mesmos, tornando-os indiferentes ao publico...e egoístas e covardes, em seu cuidado descomedido com seu conforto pessoal (MILL, 1963, p.230 APUD PATEMAN 1992, P.45)

Todas essas características trazidas nessa citação dão para perceber ainda nessa narrativa de Mill que indivíduo só se livra dessa característica quando toma parte dos assuntos públicos. Então toda essa narrativa vem acrescentando a função da educação na participação que vimos com Rousseau.

Nessa mesma linha de análise, Pateman discute a obra Socialismo de Guilda do autor G. D. H. Cole (1918; 1920), autor que trabalha a indústria como chave de um governo verdadeiramente democrático. Na sua teoria social e política Cole constrói um argumento basicamente trabalhado pelo Rousseau sobre a vontade como a base da organização política e social, e não a força, lembrando que tanto Cole como Mill a teoria de Rousseau serviu como base nas suas análises da teoria democrática da participação.

A principal forma de participação dos homens para Cole, segundo Pateman (1992) é através de associações cooperativas, ou seja, para que os homens satisfazerem suas necessidades, isso só é possível através das associações. Para isso ele nos traz duas formas de manter os homens nas associações, modo de eles agirem por meio dele e suas ações enquanto indivíduos. Essas formas seria que os homens participassem na organização e na regulamentação de suas associações, seria a forma que o homem participaria sem que ele colocasse sua liberdade em risco e transformar sua vontade em suas ações. Na teoria de associações do Cole, como foi trazido por Pateman, à idéia da participação é central, isso se

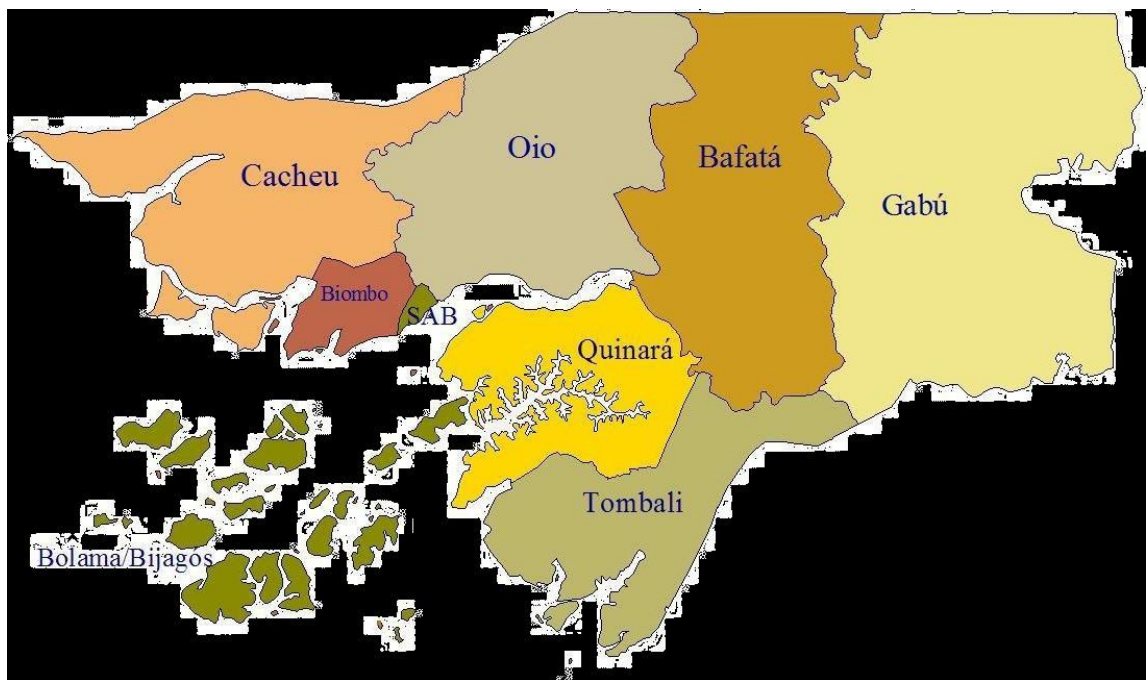
percebe quando ela fala do auto-expressão que envolve auto-governo, ou seja, a convocação para a participação total da população em direção comum dos assuntos da comunidade, isso envolve a liberdade de todos os membros de forma mais completa, com isso percebe-se a ligação da sua teoria com a do Rousseau sobre a liberdade. A sociedade definida por Cole é uma sociedade complexa, segundo entender dele, mas que se pode manter unidos por vontade dos seus membros. Pateman mostrando qual seria a forma como um indivíduo pode governar a si mesmo, no pensamento de Cole, segundo ela

“se um individuo quiser se auto-governar, então ele não só tem de ser capaz de participar de tomada de decisões em todas as associações dos quais ele é membro, como também as próprias associações têm de ser livres para controlar seus próprios assuntos (...) e se elas quiserem se auto-governar, nesse sentido têm de ser basicamente iguais em termos de poder político”(Pateman 1992 p.53)

2 PERCURSOS E DESAFIOS DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

2.1. Breve síntese política do período pós independência

A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com a República de Senegal, ao leste e sul com a República da Guiné Conakry e oeste pelo oceano Atlântico. De acordo com o último censo (2009) o país tem uma superfície de 36.125km², dividido em oito (08) regiões administrativas, como se pode perceber no mapa abaixo, regiões de Bafata, Gabú ao leste, Tombali, Arquipélagos de Bijagos e Quinara ao Sul, Biombo, Cacheu e Oio ao Norte, para além do próprio Sector Autónomo de Bissau (Capital do país). Dentro dessas regiões encontram-se subdivididos em trinta e oito (38) sectores (38) administrativos e cento e três (103) secções e cerca de 4.500 Tabancas (Aldeias).



Fonte: RGPH-2009

A Guiné-Bissau proclamou sua independência no dia 24 de setembro de 1973, em Madina de Boé, Norte do país, e é reconhecida posteriormente a sua independência pelo Portugal em 10 de setembro de 1974 um ano depois da queda do regime salazarista, reconhecida como república independente, e primeiro da África Lusófona. Após a independência, a Guiné-Bissau foi governado pelo Luís Cabral, que anos depois, ou seja, em novembro

de 1980 foi derrubado por um movimento denominado de movimento reajustador ¹(Teixeira, 2008).

O quadro seguinte ilustra os períodos que o nosso trabalhos vai abordar, em diferentes aspectos da vida política, social e econômica da Guiné-Bissau, mas dando enfoque nos acontecimentos que marcaram a política no país desde data da independência em 1973 até a golpe de Estado de 2003, que derrubou o presidente eleito Koumba Iala.

PERÍODO	CARACTERIZAÇÃO
1973-1990	*Esse período caracteriza o período que vem desde a independência da Guiné-Bissau em 1973 até ao período de transição democrática, marcada por alguns acontecimentos que foram significativos na vida política, econômica e social do país, acontecimentos como: - golpe de Estado de 1980; - aprovação da nova constituição da república; - acusações de tentativa de golpe de Estado e assassinatos de 1984 a 1987; - adesão da Guiné-Bissau ao Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e FMI em 1987;
1991-1995	* Esse segundo período marca período das transições, mas também da guerra civil e a realização da primeira eleição legislativa e presidencial; - realização do congresso do PAIGC, em 1991, onde foi discutida a questão do pluralismo na política nacional; - a criação da comissão multipartidária de transição em 1992; - a realização da primeira eleição presidencial e legislativa em 1994; - a transição constitucional iniciada em 1991 até meados de 1996;
1996-2003	* O terceiro período marcado com a guerra civil, golpe de Estado e realização das eleições - guerra civil de 1998/1999 - realização das eleições presidências e legislativas

¹O movimento reajustador foi um movimento constituído por guineenses do PAIGC, liderado pelo Nino Vieira. De acordo com Luís Moita e Carolina Quina citados por (Monteiro, 2013) o a denominação do movimento pelo movimento reajustador foi devido ao fato de que, o acontecimento não se tratou do golpe de Estado, mas de um reajustamento, que priorizava o combate “às injustiças, a resolução da crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo” (Moita et al, 1980. P. 07 apud). MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. (Site da Internet)2013. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/13102014095742.pdf>> Acesso em: 05 set. 2016. p. 225. TRANSFIRA PARA REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

	em 1999/2000 - golpe de Estado de 2003
--	---

Os finais da década de 80 a Guiné-Bissau como outros países da África vinha atravessando acontecimentos que mexeram de forma profunda com as estruturas não só sociais e econômicas, mas também políticas. Conforme nos mostra Cardoso (1996), que as bases lançadas pela liberalização quando o país lança plano de desenvolvimento e a consagração do programa de estabilização e a consequente adesão do programa de ajustamento estrutural em 1987, sobretudo este, provocou muito na liberalização política na Guiné-Bissau. Se por um lado consolidava uma pequena burguesia por outro lado constrangia as instituições econômicas do antigo sistema planificado, nesse período a classe política percebeu que chegou momento a adaptar a estrutura política às reformas econômicas.

Vários dos autores escreveram sobre essa transição para a democracia na Guiné-Bissau, como o caso de Cardoso (1996), Koudawo (2001) e outros. Esses autores focaram nas suas análises mais nas questões econômicas, étnicas e a liberalização como fatores principais para essa transição. Mas discutindo Monclaire (2001) que traz várias questões e interrogações que foram feitas a respeito da transição, interrogações como: Por quê? Por quê agora?, por quê nesse momento e não antes?. Essas questões são feitas sobre a passagem de autoritarismo para a democracia e quais as condições que propiciam essa passagem, então essas questões de acordo com ele são questões que no final do século XX foram destacadas entre pesquisadores e intelectuais nesse campo.

Rustov (1970) citado por Monclaire (2001) é dos autores que debruçaram sobre as condições que possibilitaram a passagem para democracia e as condições do seu funcionamento. Nessa perspectiva de análise, o Monclaire na procura de condições que condicionaram a passagem de autoritarismo para a democracia, lembrando que até então segundo ele, as mais notadas nessa tradição eram as questões sobre o desenvolvimento econômico, as formas de estrutura social e tipo de cultura dominante. Nessa perspectiva encaixaremos autores guineenses como Carlos Cardoso (1996) e Fafali Koudawo (2001).

Mas elem desses fatores podemos pensar, no papel desempenhado pelos atores políticos nessa transição, continuando com Monclaire (2001), ele nos traz um corrente de autores chamados transitólogos, que surgiu na década de 80 do século XX (os teóricos que estudavam as transições). Esses autores vão considerar que as explicações e as previsões que são indicadas por anteriores autores sobre as

questões econômicas, sociais e culturais como fatores primordiais para essa transição de fracas. Neste ponto de vista da expansão da teoria individualismo metodológico, nas ciências sociais, esse corrente surgiu desta perspectiva e é qualificada por primeiros autores como “ciência ou arte da democratização”. Eles estavam virados para questões minimalistas da democracia, por isso é chamados de Schumpeterianos, lembrando que Schumpeter é autor que trabalha a questão minimista da democracia, regime onde os governantes são removidos através dos votos.

Os chamados transitólogos deixaram para segundo plano, às questões trazidas por anteriores autores que trabalharam as questões econômicas, sociais e culturais como fatores primordiais para passagem a democracia, em compensação a estes fatores, os transitólogos destacaram dois fatores de transição para democracia que é a estratégia dos atores relevantes e a conduta destes na mudança política (MONCLAIRE, 2001).

Então esses dois fatores é muito importante se pensamos no caso da Guiné-Bissau, sobre seu processo de transição para a democracia, quais foram às estratégias e conduta dos atores políticos durante período transitório? Então com base nesta perspectiva analisaremos esse processo transitório na Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau uma das primeiras estratégias dos atores políticos, ou melhor, dizendo do PAIGC na altura como único partido no país, conforme nos debruça Cardoso (1996), foi à criação da comissão alargada de reflexão, em Junho de 1988, comissão criada na sequência de uma reunião alargada do comitê central do PAIGC, onde saíram as primeiras medidas a respeito das mudanças que estava sendo vivenciados a nível econômico, social e político, os eventos de liberalização que praticamente decorriam em toda parte do mundo. Essa comissão foi criada e formada por quadros do PAIGC e por alguns quadros que não eram membros do PAIGC, mas de alguma forma mereciam confiança deste Partido.

Nesta altura da democracia revolucionaria, onde a organização Estatal e da sociedade pertencia ao partido libertador, os princípios ou noção das oportunidades entre os cidadãos não eram plenas, os que desempenhavam cargos políticos eram cidadãos que mereciam confiança do partido, então nesse momento não se podia pensar na existência ou nas condições que forneciam garantias de modo como foi pensado pelos teóricos da democracia. A noção de participação dependia fundamentalmente da relação dos indivíduos com partido único, esses cidadãos suas preferências não eram prioridades ou consideradas,

mas sim o interesse do partido. Não existia a oposição, contestação pública ou competição política como regra do jogo, ou seja, como forma ou princípio de uma participação política.

Ainda Cardoso (1996) a inclusão desse grupo que não faziam parte do PAIGC na comissão de reflexão mostra os primeiros passos dado pelo Partido com intuito de ampliar o debate que vinha fazendo nas suas estruturas internas pela comissão ideológica do partido. Trazendo pessoas para debates no partido, isso permitiu entrada de ideias de fora do partido, a partir desse momento podemos perceber os primeiros passos dados no sentido da transição para pluralismo.

A conduta e a estratégia dos atores políticos realçados por transitólogos podem ser percebidos na fala do então Secretário Permanente do Comitê Central do PAIGC e Vice-Presidente do Conselho do Estado Vasco Cabral, na entrevista concedida ao Jornal Nô Pintcha em Maio de 1989, citado por Cardoso (1996), de que esse momento seria

de uma maneira mais ampla, de uma maneira mais profunda, analisar a situação nacional, não só do partidário, mas também Estatal: actividades de diferentes órgãos do Estado e do Partido; o papel do Partido em relação aos órgãos do Estado; e saber em que medida, nas condições actuais que estamos a viver, e com as transformações, apercebemos de fato, que se haviam também que adoptar medidas complementares de transformação nas estruturas do Partido (CARDOSO, 1996, p.25-26).

A partir dessa citação percebe-se certo engajamento de alguns atores políticos dentro do próprio partido no sentido de uma abertura que daria espaço para outras forças políticas, mas como é obvio esse processo tem opositores, isso é bem claro na argumentação de Monclaire (2001) de que os transitólogos consideraram esse momento como momento onde os atores se dividem em grupos diferentes, subgrupos distintos, onde de um lado encontram os favoráveis ao regime autoritário, no qual se enfrentam os partidários da linha dura e os da liberalização e no campo da oposição, no qual estão em concordâncias radicais e cautelosas. Nessa perspectiva os transitólogos entendem a transição como

uma fase política subdeterminada durante o qual essa ausência de regras fixas e os conflitos opondo diversos jogadores sobre as regras tornam as revoluções políticas “muitos imprevisíveis”. Uma transição é um período muito aberto, um momento crítico no decorrer do qual a natureza e a direção da mudança dependem, antes de tudo, das estratégias adotadas pelos grupos de atores implicadas nesse processo (MONCLAIRE, 2001, p.62 citando OPOSTROF DONNELL, SCHMITTER & WHITEHAD, 1986, p. 6,66).

As características que foram apontadas por transitólogos ficaram visíveis no caso da Guiné-Bissau, trazendo ainda Cardoso (1996), mostrando que o PAIGC partiu para a reflexão com a ideia já bem preconcebida de que o Partido continuará a ser o organizador de massa, que significa manter seu status quo, ou seja, o PAIGC continuaria sendo o motor da transformação da sociedade guineense e a “força política dirigente da sociedade guineense” (Cardoso, 1996, p. 26). A partir desse momento se instalou a crise dentro do Partido, por existir outra corrente que estava disposta a “novas formas de funcionamento da sociedade e, sobretudo novos mecanismos de ligação entre as suas instituições políticas que garantissem as liberdades fundamentais do cidadão” (Cardoso, 1996, p.26)

O outro momento importante nessa transição, como se percebe no trabalho do Cardoso (1996), foi no congresso de unidade nacional e de aprofundamento democrático, como foi denominado o segundo congresso do PAIGC, que decorreu de vinte (20) de Janeiro a um (1) de fevereiro de 1991, nesse congresso foram discutidos o multipartidarismo, e aprovadas algumas das medidas que foi importantíssimo para a abertura democrático, foram aprovadas nesse congresso, medidas como:

- 1- Plataforma programática de transição;
- 2- A eliminação do artigo quatro (4) da primeira constituição da república;
- 3- Despartidarização das forças armadas;
- 4- Desvinculação do UNTG (União Nacional de Trabalhadores de Guiné) do PAIGC;
- 5- Direito a livre expressão no Estatuto do PAIGC;

Esses cinco (5) pontos que foram aprovados naquele congresso, permitiram dizer que aquele momento, o multipartidarismo foi introduzido na política nacional da Guiné-Bissau, sobretudo com a queda do artigo 4º que será desenvolvido no próximo tópico. Mas a partir desse momento se instalaram divergências de opiniões no interior do partido. Conforme ainda Cardoso (1996) depois do congresso de unidade nacional e de aprofundamento democrático, teve reunião do comitê central do PAIGC em Junho do mesmo ano (1991) onde aparece a Carta de 121, essa carta foi assinada por um grupo de militantes que manifestavam sua fidelidade ao PAIGC e sua disposição a lutar para salvar o partido, entre suas reivindicações eram:

- 1- A democratização interna do PAIGC;
- 2- O dialogo com a formação políticas nascentes no País; ou

3- A definição de uma linha política clara que permitisse restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes;

Então por um lado tinha pressões dentro do Partido e por outro lado da sociedade civil e dos Partidos que estavam sendo criados sobretudo, um mês antes da assinatura de Carta de 121, o ANP tinha feito uma revisão pontual na Constituição da República aprovando a retirada do artigo 4 que foi votado a sua queda no Congresso, e foi aprovado em contrapartida o Lei Quadro dos Partidos Políticos, a lei que permite a criação dos outros Partidos Políticos, porque o artigo 4º permitia só o PAIGC como único Partido no País.

A partir do congresso de unidade nacional podemos pensar que começou a aparecer uma sociedade civil capaz de fazer uma contestação pública em relação aos assuntos ligados a sociedade e principalmente do Estado, porque com a despartidarização de alguns órgãos que faziam parte do PAIGC e da própria abolição do artigo 4 da constituição da república que proibia a formação de outras forças políticas capaz de fazer frente ao partido único, começou a ter as instituições na sociedade que permitiu os cidadãos de formar e aderir às organizações, onde foram criados vários partidos políticos e organizações da sociedade civil, mas até então a liberdade de expressão não eram dados de forma plena e também outras liberdades entendidos como pressupostos institucionais que garantissem direitos políticos considerados essenciais à implementação e consolidação da democracia, pelo menos em uma perspectiva formal ou liberal da democracia, como no caso o direito de voto, elegibilidade para cargos públicos ou direito de líderes políticos disputarem apoio ou voto etc.

O Koudawo (2001) chamou a Guiné-Bissau de País de dupla transição, agrupando na primeira fase (primeira transição) os acontecimentos que marcam a política guineense antes da implantação da democracia, acontecimentos como: a afirmação aberta das exigências internas de renovação do PAIGC; abertura dos debates internos do PAIGC sobre oportunidades e a necessidades de uma abertura política; II congresso do PAIGC e a criação do CNE (Comissão Nacional de Eleições)

Esses três momentos da história política do país, para Koudawo constituíram a pré-abertura, ou seja, ele o Chamou de pequena abertura e a grande abertura aconteceu com a criação da Comissão Multipartidária da Transição, segundo ele a criação dessa comissão mostrou a fase mais avançada dessa abertura política.

Nessa segunda transição Koudawo (2001) traz as consequências que estão na origem da crise político-militar de 07 de junho de 1998, para explicar a segunda transição,

consequências como: a incompleta despartidarização das forças armadas, que na origem, eram o braço armado do PAIGC; a incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente aberto das suas antigas ligações institucional nas forças armadas nacionais; difícil adaptação do PAIGC ao novo contexto pluralista, onde a oposição externa deve fazer face a oposição internas; os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito, a prevalência de má governação com profundas deficiências da administração de Estado, de recursos e uma permanente opacidade na gestão de bens públicos;

Analisando crises desses dois períodos transitórios que Koudawo destaca trazemos Roberto Sousa Cordeiro (2009), que faz uma análise dos golpes ocorridos nos dois períodos históricos da política guineense (autoritarismo, democracia e os assassinatos).

Citando Koudawo e Mendy (1996), Cordeiro (2009) enfatiza que todos os golpes que concretizaram e os que não concretizaram nesses dois períodos foram “consequência de luta pelo poder e contradição entre os membros do PAIGC”. Durante o período de autoritarismo só se concretizou um golpe de Estado que tirou Luís Cabral do poder em 1980 e três acusações de tentativa de golpe de Estado. Momentos esses destacados por ele:

- 1- Novembro de 1980, golpe de Estado que derrubou Luís Cabral;
- 2- Março de 1984, Vitor Saúde Maria Ministro de Negócios Estrangeiros e Vice-Presidente de Conselho de Estado, acusado de preparar golpe de Estado, demitido e colocado em prisão domiciliar;
- 3- Outubro de 1985, Paulo Correia primeiro vice-presidente e Ex-Procurador Geral de República, Vriato Pã, acusados de tentativa de golpe de Estado e outros 50 supostos colaboradores foram detidos e encarcerados depois mortos;
- 4- Março de 1987, Iafai Camara Vice-Presidente e Ministro das Forças Armadas, foi acusado de tentativa de golpe de Estado e suspenso das suas funções e preso;

Depois das primeiras eleições presidenciais e legislativas em 1994 e antes de término do primeiro mandato do primeiro governo eleito, já no período do pluralismo, o país entra em guerra civil. Conforme o Cordeiro (2009) explica no seu trabalho, que o país entrou numa guerra civil travada a partir de 07 de junho de 1998, a guerra que vem testemunhando a luta que existe entre dirigentes do país. Essa guerra começou depois de uma série de acusações entre Presente da República João Bernardo Vieira (Nino Vieira) e Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Ansumane Mane, acusação sobre venda de armamento, que na altura, o Estado guineense foi questionado por governo francês e senegalesa sobre venda de

armamento aos rebeldes que se instalaram na zona fronteiriça entre Senegal e Guiné-Bissau. Na tentativa de aprisionamento do Ansumane Mane que reagiu a prisão que culminou no dia 07 de Junho com uma guerra civil e a consequente derrota do governo, e Nino Vieira foi deposto depois de onze (11) meses de Guerra. (CORDEIRO, 2009).

Em 1999 com novas eleições no país, Koumba Iala líder do Partido da Renovação Social foi eleito Presidente da República e o seu Partido (PRS) ganhou as legislativas, o primeiro período marcado depois da independência que o PAIGC não esteve no poder, levando em conta que depois da independência da Guiné-Bissau que o PAIGC assumiu poder liderado na altura por Luís Cabral e posteriormente por Nino Vieira, só saiu quando da realização das segundas eleições no país. O governo de Koumba Iala empossado em 2000, três anos depois foi deposto por um golpe de estado liderado por Veríssimo Correia Seabra Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas na altura.

Os momentos posteriores a este serão no tópico a seguir (a constituição da república e suas mudanças) onde abordamos principalmente as mudanças constitucionais e os momentos posteriores a guerra civil de 1998/9.

2.2 A constituição da República e suas mudanças

Nesse tópico discutiremos as três vigências das constituições da República da Guiné-Bissau, a constituição de República aprovada em 24 de Setembro 1973, a primeira do País aprovada quando da proclamação da independência do País em Madina de Boé, a constituição de 1984 e a constituição de 1993, e também falaremos de alguns momentos que estas constituições foram postos em causa seja por golpes de Estado e por guerra civil de 1998/1999.

Para essa análise traremos todas as fases constitucionais através do trabalho de Antonio E. Duarte da Silva, que discute as constituições da Guiné-Bissau através dum seminário realizado por UNIOGBIS/FDB intitulado “Debater a Constituição da Guiné Bissau”

A primeira constituição foi uma constituição muito curta com 58 artigos divididos em quatro capítulos que são:

- 1- Fundamentos e objetivos (art.1 a 10)
- 2- Direitos, Liberdade e Deveres (art. 11 a 22)
- 3- Organização do Poder Político (art. 23 a 56) e

4- Revisão constitucional

O capítulo três (3) destacava cinco (5) pontos dos Princípios Políticos:

- 1- PAIGC força política dirigente da sociedade e do estado;
- 2- Organização política baseada na centralização e unidade do Poder de Estado;
- 3- Democracia Revolucionaria como forma do Governo;
- 4- Unidade de Guiné e Cabo Verde como forma do Estado;
- 5- As FARP (Forças Armadas de Libertação Nacional) como braço de PAIGC e monopolizador das funções de defesa e segurança do País.

E a Organização do Poder, a constituição previa quatro poderes (4) que são:

- 1- Assembleia Nacional Popular (ANP);
- 2- Conselho do Estado (CE)
- 3- Conselhos dos Comissários do Estado (CCE) e
- 4- Conselhos Regionais (CR)

De acordo com Silva (2010) nessa forma de organização de Poderes percebe-se que ANP parece ter plenitude de competências, onde o próprio sistema parecia de um governo de assembleia, pelo menos em termos teóricos, mas não, nesse sistema em termos práticos a realidade era bem outra, onde o Presidente de CE tinha predomínio sobre toda a administração, por esse lado parecia também um regime presidencialista porque CR limitava-se a validar listas, ratificar ou validar listas dos deputados, nesse sentido ANP tem uma intervenção muito reduzida em termos institucionais de forma qualitativos e quantitativos, e o partido era força política que dirigia a sociedade e o Estado em regras do centralismo democrático.

No artigo 30 da constituição de 1973, como nos mostra Silva (2010) está lá claro de que o conselho de comissários é responsável perante a ANP, e o conselho de comissários também conforme está no artigo 45 se baseia nas leis e resoluções da ANP, e nas decisões do conselho do Estado. Como uma instituição representante do povo, entendido enquanto órgão decisório que deveria desempenhar um papel fundamental no sistema político acaba sendo uma instituição só de figura, manipulada pelo partido e seus dirigentes.

Em Maio de 1984, foi aprovada uma nova constituição pelo ANP por unanimidade, que mudou a forma de organização dos órgãos institucionais e dos seus poderes.

Nessa nova constituição segundo Silva (2010) o CE passou a ter quinze (15) membros e o Nino Vieira assumindo a presidência de CE, a CCE foi substituída por um governo.

O período que começa de 1991 a 1995 analisado nesse seminário constitui o período transitório da constituição, onde ANP fez várias revisões em relação a algumas leis da constituição, especificamente: Leis constitucionais n 1/1991, n 2/1991, n 1/1993, n 1/1995 que vamos detalhar a partir das suas especificidades e períodos.

Lei n 1/1991 de Maio, nesta lei foi revisto o artigo doze (12) dos Princípios Fundamentais e artigo oito 8º dos Direitos, a partir dessas revisões foi instituído o Pluralismo e adotando a Democracia Representativa como Princípio de Estado e do Estado de Direito e economia do mercado.

Lei n 2/1991 de quatro 04 de Dezembro prevê a existência de um Primeiro-Ministro, mas que tem poucos poderes por ser nomeado e exonerado pelo presidente de CE.

Lei n 1/1993 de 26 de Fevereiro que foi das alterações mais profundas da constituição até então vigente, as alterações feitas não só alterou a forma de organização do poder político, mas mudou de forma radical o próprio sistema do governo e o regime político. Esse momento foi muito importante na transição política e democrática do País, onde os FARP foi despartizado e também foram reafirmados ECLP (Estatuto de Combatente da Liberdade da Pátria). Mas de acordo com Silva (2010), com todas essas alterações o País não saiu de imediato do autoritarismo, é um período que se arrastava cada vez mais.

Essa lei vem do acordo entre PAIGC e os partidos políticos, assinado em agosto de 1992, criando a comissão multipartidária de transição que concretizou nessa lei constitucional 1/993.

Lei n 1/1995 em dezembro, finalmente foi revisto o único capítulo que até então não era alterado, dos artigos 105º a 118º da constituição de 1984, relativos ao Poder Local criando Estatutos em Autárquicas Locais, mas que até agora nunca houve eleições autárquicas no País.

Concluída as quatro 04 fases da revisão constitucionais da transição iniciada em 1991 e terminada em 1995, já fora desde período foi eliminado artigo 13º, nº e as alíneas, a) e e) do artigo 86º relativamente à constituição de 1984. Esses artigos suprimidos referiam ao sistema monetário e o papel do Banco Central, com a revisão permitiu o País a integrar-se na Comunidade Econômica Monetária da África Ocidental (UMOA/UEMOA).

Agora analisaremos os momentos em que a constituição foi suspensa

Depois de sete 07 anos da independência e de aprovação daquele que é a primeira carta constitucional da Guiné-Bissau, o País sofre o primeiro e o único golpe do Estado do período antes da implantação da democracia, no dia 14 de novembro de 1980, pelo Movimento Reajustador. Segundo Silva (2010) esse movimento alegava ao seu favor que existiam três divergências a nível constitucional, sobre Estatuto do Presidente da república, estatuto do Primeiro ministro e sobre pena de morte. Com a consumação de golpe Estado rapidamente o Movimento Reajustado instituiu a Legislação revolucionaria, acabando com CCE dissolver ANP e CE, dessa forma criaram Conselho de Revolução (CR) composto de nove 09 membros permanentes que assumiram o destino do País, de igual forma criando o governo provisório, mas que CR composto por Ministros e Secretários de Estados tinha Poder de nomear e exonerar. Essa fórmula foi assumida no I Congresso Extraordinária do PAIGC no ano seguinte, em 14 de novembro de 1981, onde o momento transitório do Movimento Reajustador foi reafirmado, preservando PAIGC como força dirigente da Sociedade e do Estado pondo fim ao Projeto Histórico idealizado por Amílcar Cabral, a Unidade de Guiné Cabo Verde.

Outro momento dessa interrupção constitucional trazida por silva (2010) nesse seminário aconteceu no período da guerra civil de sete 07 de Junho de 1998 a Maio de 1999, quando o País foi regulamentado pelo Acordo de Abuja assinado em novembro de 1999 entre o governo e a rebelião (denominada de Junta Militar) que suspendeu temporariamente a constituição da república. Mas caducado meses depois o acordo de Abuja, o Governo de Unidade Nacional suportado pelo esse acordo caiu dando lugar ao Governo de Pacto de Transição Política (PTP), assinado entre partes, com cinco (5) títulos e dezessete (17) artigos que conduziram o País até as eleições de 1999 a 2000.

O país só voltou à normalidade constitucional após as eleições e consequente tomada de posse em 28 de janeiro, 17 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2000 da ANP, do presidente da república e do governo respectivamente.

Com o parlamento dessa legislatura foi aprovada proposta da revisão constitucional, numa discussão que começa desde 28 de fevereiro de 2001 que culminou em cinco (5) de abril a aprovação da “Lei Fundamental” que substituíra FARP pela FA (Forças Armada) passando a ter seu próprio título “Defesa Nacional” e subordinada aos órgãos da Soberania, mas essa constituição não foi promulgada por propor alguns pontos que reduziria

os poderes do presidente da República e teve como consequência derrube de ANP por presidente Koumba Iala.

Koumba Iala deposto por um golpe de Estado liderado por então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (GEMFA) e líder do Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrático Veríssimo Correia Soabra, o segundo golpe do País depois de treze anos do primeiro golpe de Estado, a Guiné-Bissau entra de novo em crise constitucional. Consumado o golpe de Estado, os partidos políticos assinaram a carta de transição política que levou o país até as eleições presidenciais e posse do presidente da república. Os órgãos do poder político proposto nessa Carta eram presidente de república de transição; Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrático; Conselho Nacional e Governo de Transição.

2.3 Partidos políticos e eleições na Guiné-Bissau

Procuraremos analisar os partidos políticos e as duas primeiras eleições na Guiné-Bissau, analisar suas composições sociais, trajetórias dos seus líderes, suas diferenças e fontes de recrutamento dos militantes e também analisar o sistema eleitoral, círculos eleitorais do país, nas eleições de 1994 e 1999.

Depois de quase catorze (14) anos de partido único e governo do PAIGC, e a concentração do poder na figura do presidente de conselho de Estado Luís Cabral depois, João Bernardo Nino Vieira desde a independência da Guiné-Bissau em setembro de 1973, finalmente o país conheceu o auge das mudanças que vinham acontecendo desde 1990 com a realização em 03 de Julho de 1994 das primeiras eleições presidencial e legislativas. De acordo com Djau (2006) a primeiras eleições multipartidárias realizadas em julho de 1994 teve a participação de sete (7) partidos políticos e uma coligação de dois partidos e a participação de oito (8) candidatos as presidenciais deste pleito. Então o quadro abaixo mostra os partidos políticos que participaram nas eleições de 1994 e seus respectivos candidatos as presidências da mesma data.

Quadro nº 02 – Partidos políticos e seus respectivos candidatos as eleições de 1994.

Partidos políticos	Candidatos a presidencial
Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC)	João B. Nino Vieira
Movimento Bafata (RGB-MB)	Domingos Fernandes

Partido da Renovação Social (PRS)	Koumba Iala
Partido de Convergência Democrático (PCD)	Carlos Gomes
Partido Unido Social Democrático (PUSD)	Vitor Saúde Maria
Movimento Nacional de Libertação de Guiné (FLING)	Bubacar R. Djaló
Fórum Cívico Guineense Democrático (FCG-SD)	Antoneta Rosa Gomes
União para Mudança (UM)	François Mendy

Quadro elaborado por autor com base nos trabalhos de Djau (2016) e Rudebeck (2001)

Com a criação e consequente aprovação de Lei de Quadro dos Partidos Políticos em maio de 1991 que no seu Preâmbulo mostra qual a importância que essa Lei tem no aprofundamento da democracia na sociedade moderna guineense, desta forma era urgente implementar outras formas de organização da sociedade, traves da participação livre e consciente dos seus cidadãos, ou seja, com essa Lei chegava o momento de institucionalização do País através do pluralismo que constituía um fator garante da vivência democrática e por outro lado essa lei definia as linhas básicas dos estatutos dos partidos políticos.

Essa lei foi muito importante na medida em que veio a permitir os cidadãos de participarem na política não mais através só do PAIGC, mas através de outros partidos políticos criados depois de queda do artigo 4, também de participarem das organizações sociais, como forma de expressarem suas preferências. Nessa altura ficou obvio que as condições que permite que a democracia seja realmente um sistema político de organização da sociedade não existiam, não existiam eleições, os cidadãos não eram eleitos por cargos públicos muito menos existia a instituição que faça com que as políticas governamentais dependam das eleições como uma das condições propostas pelo teórico Dahl para a existência de oportunidades na democracia ao mesmo tempo Schumpeter enalteceu a mesma perspectiva de que a democracia não se pode efetuar sem que os cidadãos tenham oportunidades de luta competitiva através das eleições livres.

Analisando os partidos políticos nas suas formações e trajetórias históricas dos seus lideres traremos Fernandes (1994) e Rudebeck (2001), que através dos seus trabalhos podemos situar esses partidos políticos em dois grupos, por um lado FLING (Movimento de Libertação Nacional de Guiné) fundado na mesma época que o PAIGC, ou seja, é também um

movimento anti-colonial, e RGB/MB (Movimento Bafáta) formado no período após a independência, quando foram fuzilados alguns dirigentes do PAIGC no caso Viriato Pã e alguns militares. Por outro lado se situam os partidos que surgiram do interior do PAIGC, ou seja, partidos que surgiram após a liberalização política no país, mas com surgimentos distintos ao longo do período de democratização, por isso procuraremos analisá-los de forma sintética e separados através dos dois autores citados a acima.

PRS – (Partido da Renovação Social) Liderado por Koumba Iala que foi professor na escola de formação do PAIGC e militante do PAIGC, mas nunca assumiu nenhum cargo.

UM –(União para Mudança) surgido da coligação de MUDE (Movimento para a Unidade e Democracia), PDP (Partido Democrático do Progresso) e PRD (Partido para a Renovação e Desenvolvimento) e liderado por ex-líder do PDP (partido democrático do progresso).

FDS- (Frente Democrático social) Liderado por Rafael Barbosa que foi presidente honorário do PAIGC.

FD- (Frente democrática) foi primeiro partido a ser legalizado no país, depois de criação de Lei Quadro dos Partidos Políticos e fundado por Aristides Meneses que desempenhou funções de Diretor de Armazém de Povo e Secretário Estado de Plano no governo do PAIGC.

PUSD- (Partido Unido Social Democrática) liderado por veterano da política do PAIGC Vitor Saúde Maria que foi Ministro de Negócios Estrangeiros no Governo de Luís Cabral e Primeiro-Ministro no Governo de Nino Vieira.

PDP- (Partido Democrático do Progresso) dirigido por ex-militante do JAAC (Juventude Africano Amílcar Cabral) e Procurador-Geral da República no Governo de Transição em 1999 Amine Saad e tinha maioria dos membros provenientes da antiga Escola Piloto do PAIGC.

PRD- (Partido para a Renovação e Desenvolvimento) liderado por João da Costa ex-ministro da Saúde nos anos 70, fazia parte também do grupo que organizou a Carta de 121em 1991 no PAIGC.

PCD- (Partido de convergência democrática) liderado por Victor Mandinga, militante de JAAC e também desempenhou funções no Banco de Crédito todos no Governo de PAIGC.

FCG-SD- (Fórum Cívico Guineense Social-Democrata) dirigido por Antonieta Rosa Gomes a única mulher até então nas duas primeiras eleições presidenciais (1994 e 1999).

Com aceção dos partidos UNDP, PRP e AD que é uma coligação de dois partidos PCD e FD que só participaram na eleição de 1999, os restantes dos partidos aqui trazidos participaram na eleição de 1994. Nessa eleição segundo os dados trazidos por Djau (2016) e Rudebeck (2001) teve a participação massiva das populações recenseadas.

Na eleição de 1994, tiveram 400.417 mil eleitores inscritos através do recenseamento eleitoral, onde votaram 357.682 mil votantes na primeira volta das eleições com a taxa de participação de 89.3%, no segundo turno de presidencial, ainda com esse número de 400.417 mil de inscritos teve 326.615 mil votantes que corresponde a 81.66% da taxa de participação.

Essa eleição deu a legitimidade ao PAIGC, Partido que estava no poder desde a independência do país em 1973, com 38% dos votos conseguiu sair vencedor das eleições legislativas com 62 mandatos na Assembleia Nacional Popular.

Quadro nº 03 – neste quadro trazemos percentagens de votos e números de deputados eleitos por partido da primeira eleição legislativa da Guiné-Bissau em 1994.

PARTIDOS	% DOS VOTOS	MANDATOS
PAIGC	46.39	62
RGB-MB	19.78	19
UM	12.65	6
PRS	10.30	12
PCD	5.30	1
PUSD	2.85	-
FLING	2.57	1
FCG-SD	0,17	-

Fonte: African elections. disponível em: http://africanelections.tripod.com/gw.html#1994_Presidential_Election Acesso: 30/01/2017.

João Bernardo Nino Vieira com 52% dos números de votos conseguidos na segunda volta das eleições foi o primeiro presidente eleito democraticamente para o cargo da presidente da república, posto que vinha desempenhando como presidente de conselho de

Estado do partido único, desde golpe de Estado de 1980 que derrubou governo de Luís Cabral em 14 de Novembro de 1980.

Quadro nº 4 – Resultados da eleição presidencial em percentagens dos votos dos respectivos candidatos as presidenciais de 1994.

CANDIDATOS	% DOS VOTOS	SEGUNDA VOLTA	% DOS VOTOS
João Bernardo Vieira	46.20	João Bernardo Vieira	52.00
Koumba Iala	21.88	Koumba Iala	48.00
Domingos Fernandes	17.44		
Carlos Gomes	5.07		
François Mendy	2.80		
Bubacar Rachid Djaló	2.76		
Victor Saúde Maria	2.07		
Antonieta Rosa Gomes	1.79		

Fonte: African elections. Disponível em: http://africanelections.tripod.com/gw.html#1994_Presidential_Election. Acesso em 30/01/2017.

O governo vindo dessa primeira eleição não chegou a terminar seu mandato devido à guerra civil que envolveu os militares e o próprio governo de João Bernardo Nino Vieira, conforme explicado atrás, e em novembro de 1999 teve lugar no país às novas eleições legislativas e presidenciais, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro nº 5 - traz resultados das eleições legislativas em percentagens dos votos dos partidos e seus respectivos mandatos deputados.

PARTIDOS	% DOS VOTOS	MANDATOS
PRS	24	38
RGB-MB	16	29
PAIGC	15	24
UM	7	3
PSD	5	3
AD (PCD FD)	4	3
UNDP	3	1
FDS	2	1
LIPE	3	-
FLING	2 (1,8)	-
PUSD	1 (1,1)	-

PRP	1 (0,9)	-
FCG-SD	1 (0,8)	-
TOTAL	100%	102

Elaborado pelo autor com base nos trabalhos de Djau (2016) e Rudebeck (2001)

Apesar de nos relatórios dos observadores internacionais terem constado que as eleições presidenciais e legislativa terem desenvolvido em conformidade com a lei eleitoral do país, num clima de civismo serenidade, transparência e sinceridade conforme trazido por Rudebeck (2001), isso não deixara de colocar algumas questões sobre forma e modo como ocorreu. Essas questões mereceram destaque no mesmo trabalho de Rudebeck (2001) e também Nóbrega (2003), esses autores destacaram principalmente a falta de organização e algumas desordens durante esses processos. Por exemplo, há assembleias de voto que começaram a funcionar muito depois do horário previsto, por vezes por falta de material, por outra por recepção tardia das urnas. Algumas mesas começaram seus trabalhos sete horas depois da hora prevista, há localidades onde esse fato é bem pior, por exemplo, nos casos de algumas aldeias na região de Bafata, das ilhas de Bijágos, de Tombali e de algumas ilhas de Cacheu, essas localidades só puderam votar no dia seguinte da eleição, isso aconteceu na eleição de 1999, mas que é característico também na primeira eleição do país.

Quadro nº 6 – Resultados da eleição presidencial em porcentagens dos votos dos respectivos candidatos as presidenciais de 1999.

CANDIDATOS	% DOS VOTOS	SEGUNDA VOLTA	% DOS VOTOS
Koumba Iala	38.81	Koumba Iala	72.00
Malam Bacai Sanha	23.37	Malam Bacai Sanha	28.00
Faustino Fudut Imbali	8.22		
Fernando Gomes	7.02		
Joao Tátis Sá	6.50		
Abubacar Baldé	5.44		
Bubacar Rachid Djaló	3.24		
Jaoquim Baldé	2.32		
Salvador Tchongó	1.87		
José Catengul Mendes	1.43		
Mamadú Uri Baldé	0.96		
Antonieta Rosa Gomes	0.80		

Fonte: African elections. Disponível em: http://africanelections.tripod.com/gw.html#1999_Presidential_Election acesso em 30/01/2017.

De acordo com Nóbrega (2003) os círculos eleitorais são divididos de acordo com critério demográfico, ou seja, a divisão administrativa do país (em regiões dentro destas em sectores). Esses círculos correspondem ao colégio eleitoral, conforme consta no artigo 118º da lei eleitoral, os 102 mandatos são distribuídos em 29 círculos eleitorais, 27 círculos no território nacional e 2 no exterior (África e Europa) (art. 116º, 117º). Os deputados são eleitos por listas plurinominais de partidos e coligações apresentadas por colégio eleitoral, dispondo o leitor de um voto singular de listas (art. 122º).

Quadro nº 7 – traz a divisão dos círculos eleitorais em regiões dentro destas em sectores.

Círculos eleitorais por regiões	Círculos eleitorais por sectores	Números de mandatos por círculos
Tombali		7 mandatos
Circulo 1	Catio	3 deputados
Circulo 2	Bidanda, Quebo, Cachine	4 deputados
Quinara		6 mandatos
Circulo 3	Buba, Empada	3 deputados
Circulo 4	Fulacunda, Tite	3 deputados
Oio		16 mandatos
Circulo 5	Bissorã	5 deputados
Circulo 6	Farim	4 deputados
Circulo 7	Mansoa	3 deputados
Circulo 8	Mansoa, Nhacra	4 deputados
Biombo		6 mandatos
Circulo 9	Quinhamel	3 deputados
Circulo 10	Safim, Prabis	3 deputados
Bolama Bijagos		3 mandatos
Circulo 11	Bulama, Bubaque, Caravela, Uno	3 deputados
Bafata		14 mandatos
Circulo 12	Bafata, Galomaro	6 deputados
Circulo 13	Bambadinca, Xitole	3 deputados
Circulo 14	Cuntubel, Ganadú	5 deputados
Gabu		14 mandatos
circulo 15	Boé, Pitche	4 deputados
Circulo 16	Gabu	4 deputados
Circulo 17	Pirada	3 deputados
Circulo 18	Sonaco	3 deputados
Cacheu		14 mandatos

Círculo 19	Bigene, Bula	5 deputados
Círculo 20	Caio, Canchungo	5 deputados
Círculo 21	Cacheu, São Domingos	4 deputados
Emigração		2 deputados
Círculo 22	África	1 deputado
Círculo 23	Europa	1 deputado
Bissau	Bairros de Bissau	20 deputados
Círculo 24	Achada/24 de setembro Chão de Papel/Cupelum de cima/Cupelum de baixo Calequir/Rossio	3 deputados
Círculo 25	Santaluzia/Antula, Pluba de cima/Luanda, Impandja/Tete, Pabedjabe-Bairro Coco, Pluba de baixo/Ponta Lero	4 deputados
Círculo 26	Mindará/BandimI/BandimI I	3 deputados
Círculo 27	Pefine/Amedalai, Sintra/Nema, Missira/Ajuda, Madina/Gambeafada, Reno/Internacional	4 deputados
Círculo 28	Belém/PlackII, AjudaII/Cuntum	3 deputados
Círculo 29	Penha/Penha Bôr, Bairro Militar, Bairro Pissak/Brá, Circ/Háfia, PlackI/Penha Bôr, Lisboa Adoze	3 Deputados

Fonte: lei eleitoral da Guiné-Bissau, (1998)

A divisão dos círculos pode ser pacífica, mas o que nos desperta a curiosidade é como esses círculos são divididos e os números de mandatos tendo em conta a diversidade da população existente em cada região e dentro destas em sectores. O Nóbrega (2003) nos apresentou uma reflexão muito interessante para iniciar essa análise, quando fala que se (...) “um número de eleitores inferior a 15mil corresponder a três mandatos; até aos 20mil, 04 mandatos; acima desse valor, a 5 mandatos, e a seis no de Bafata que conta com 29mil eleitores” (Nóbrega, 2003, p.19). Ainda Nóbrega

(...) “alguns sectores possuem uma população demasiada escassa para justificar, por si só, a criação de um círculo eleitoral próprio. Bissau representa a situação inversa: a grande dimensão e a diversidade populacional do sector justificaram a criação de seis (6) círculos, agregando, por proximidade, os diversos bairros da cidade” (NÓBREGA, 2003. P.18)

A lógica seria que, os círculos eleitorais com maior número de eleitores teria maior número de mandatos, mas isso infelizmente não acontece em todos os círculos, porque há círculos que preenchem requisitos demográficos para ter mais número de mandatos do que realmente tem. Conforme ainda denotado por Nóbrega (2003) círculo eleitoral oito (8) (que compõem Mansoa/Nhacra) tem mais de 27mil eleitores e elege 04 deputados ao contrário de círculos com menos de 23mil eleitores que elegem 05 deputados.

Essa disparidade foi trazida com mais detalhes por ex-governante e professor universitário numa entrevista a Gazeta de Notícias, jornal local, Fernando Delfim da Silva, que destacou que:

“Circulo Eleitoral 29 como círculo mais grande do país, mas que elege 03 deputados, com mais eleitores que os Circulo Eleitoral 12, que elege 06 deputados; com bastante mais eleitorado que os Círculos Eleitorais 5, 14, 19,20 que elegem 5 deputados cada um, com muitíssimo mais eleitorado que os CE 2, 6, 8, 15, 16, 22, 25, 27 que elegem 4 deputados cada um” (...) (DA SILVA, em entrevista a jornal Gazeta Notícias).

Nessa entrevista ele traz quatro (4) pontos que achamos importantes para se pensar a questão da representatividade política na Guiné-Bissau, a resolução dessa falta representatividade proporcional que ele fala só pode ser resolvido, segundo ele pela:

“(1) atualização do coeficiente de distribuição dos assentos parlamentares pelos círculos eleitorais; (2) pela reconfiguração ou redimensionamento de alguns CE tendo em atenção que o grau de proporcionalidade da representação política cresce com o alargamento dos CE; (3) ou adotando uma nova “formula de decisão” que significaria ter de abandonar o método d’ondt, contudo sem abandonar a representação proporcional; (4) ou ainda, fazer aquilo que parece menos recomendável: aumentar o número de mandatos à ANP para corrigir a não proporcionalidade da representação política”.

Lembrando que o método de conversão de votos conforme descrito no art. 124º do capítulo: “Critério de Eleição nos Colégios Plurinominais” é o método de representação Proporcional de Hondt. Como nos explica Gonçalo Guterries da Conceição (2006) que o sistema de representação foi criada em oposição aos sistemas maioritárias, um sistema onde o vencedor das eleições só que interessa, os votos obtidos por outros partidos não importa para esse sistema maioritário, por isso que o sistema de Representação Proporcional vem em substituição desse sistema. Representação Proporcional, distribui de forma proporcional os mandatos por diversas listas.

Ainda Conceição (2006) esse nome do método Hondt veio do nome do seu fundador o jurista belga Victor D Hondt (1841-1901), professor de direito na universidade de Gent. O método é usado para eleição dos deputados.

O outro aspecto que constatamos que também merece atenção na análise do professor Delfim da Silva é a questão de número de votos dos Partidos Políticos a escala Nacional. Constatamos que na eleição de 1994, o FLING com seu 2% de votos a escala nacional conseguiu eleger um deputado, com menos voto que outros partidos que não conseguiram eleger nenhum deputado. Na eleição de 1999, o FDS com 2% elegeu um deputado e LIPE com 3% não conseguiu eleger.

3 SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

3.1. Sociedade civil em Guiné-Bissau

A instalação do regime monopartidário depois de independência do país, liderado pelo PAIGC, o regime onde os direitos e as liberdades dos cidadãos eram ignorados, sobretudo no que desrespeito o direito de livre expressão das ideias pelo menos do ponto de vista liberal. Mas isso não faz com que não existisse a sociedade civil no país, segundo Cardoso (2008, p.7), desde sempre existem elementos que testemunharam a existência de uma sociedade civil, exemplos desses são movimentos e associações dos cidadãos que tinham suas ações fora do Estado e da economia, através das associações culturais, clubes desportivos, organizações das mulheres e grupos de discussão.

Numa perspectiva um pouco diferente Teixeira (2008, p. 64-65) traz períodos que marcaram a relação entre sociedade civil e o Estado como também a dinâmica do conceito em termos históricos. Primeiro período vem de 1911 à 1915, com o surgimento da Liga guineense; o “segundo vai de 1950 à 1956, quando surgiram os movimentos independentistas e nacionalistas da sociedade civil, onde também faziam parte alguns militantes do PAIGC e outros movimentos políticos” esses movimentos tinham como objetivo “acabar com a dominação colonial, melhorando as condições de vida dos povos de Guiné e Cabo Verde, assim aplicar os princípios da democracia revolucionária, propostos pelo líder do PAIGC, Amílcar Cabral”. Nesse momento a sociedade civil era pensada como um movimento rural camponês, e a sua estrutura eram organizados em forma de cooperativas, que nas suas fases iniciais não tinham nenhum instrumento jurídico-formal que poderia regulamentar todas as suas atividades, mas tinha uma estrutura que faziam com que os direitos e as obrigações serem respeitados por todos que participam nela.

Entre anos 1900 e 1903 segundo Cardoso (2008), quando as autoridades adotavam as providências legislativas para atuação contra atores sociais que emergiam na altura, isso facilitou mais o crescimento e desenvolvimento da camada assimilada ligada a administração colonial, quatro anos depois, ou seja, até anos 1907 a Guiné-Bissau já dispunha da sua nomenclatura, ou seja, a partir desse momento esse grupo dos assimilados que viviam na zona urbana, constituíam parcela importante da sociedade civil nacional.

Ainda, de acordo Cardoso,

As actividades destes atores conduziram à criação, em dezembro de 1910, a Liga Guineense. Os membros desta liga protagonizaram diligências incessantes no sentido de exigir do governo português uma maior atividade escolar com vista à elevação do nível cultural dos guineenses, tendo por isso sido como uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua que deixou marcos na vida sociocultural da colônia. O grupo dos seus membros era, sobretudo constituído por pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores marítimos, na maioria de Bissau e Bolama. Na sua maioria africanos (Cardoso, 2008, p.9).

Nessa perspectiva segundo autor essas formações sociais que se baseavam nas zonas rurais, mantiveram controle do seu efetivo e estiveram sociologicamente numa posição de “força vis-à-vis” ao Estado central durante o período que o Estado colonial estava em construção, isso entre anos 1923 e 1950. E ele considera essas formações sociais baseadas nas zonas rurais como integrantes de uma sociedade civil que foi capaz e que determinou a composição e a direção da maior parte dos recursos religiosos, políticos e sociais. E por outro lado, na zona urbana a sociedade sempre conheceu os movimentos de resistência e de contestação do poder colonial, onde foram criadas as associações desportivas e culturais nos anos 50, a entrada hostil da guerra anti-colonial nos anos 60, também foi precedida de grandes rebeliões durante período de implantação do Estado colonial, esses atos testemunham a existência de uma formação social de sociedade civil.

Lembrando que o teórico Cole (1989) na sua teoria de participação defendeu que os homens, as suas principais formas de participação é através das associações cooperativas, então na Guiné-Bissau esses atores sociais não fugiram a regra, eles agiam por meio dessas associações enquanto indivíduos, mas é interessante lembrar que Cole entende que o homem deve participar sem colocar a sua liberdade em risco e para isso ele mesmo tem que participar na regulamentação da sua associação.

No período da luta pela independência, o Cardoso (2008), reparou que o PAIGC criou várias estruturas que serviriam de apoiar estrategicamente o partido na mobilização, mas também nas relações das relações com instituições congêneres ou simpatizantes na luta conduzida por ele. Essas estruturas foram UNTG (União Nacional dos Trabalhadores) e a UDEMU (União Democrática das Mulheres), e depois da independência o Estado pós-colonial liderado pelo PAIGC queria captar as populações rurais e incorporar os que habitavam os centros urbanos através de criação de mais organizações de massas liderados politicamente pelo partido único foram criadas outras estruturas que foi o caso de JAAC (Juventude Amílcar Cabral) e do Pioneiro Abel Djassi.

A auto-expressão da teoria de associações do Cole, raramente se encaixa nessas organizações criadas pelo PAIGC, por exemplo, o UNTG, uma união que defende direito dos trabalhadores e vinculado a um Partido-Estado que é responsável pela organização da sociedade, nesse sentido as suas ações em relação à participação na tomada de decisões são limitadíssimos e ao mesmo tempo o UNTG não tinha livre controle dos seus assuntos e suas ações, isso faz dele uma organização um pouco diferente daquele pensado pelos teóricos trazidos nesse trabalho como sociedade civil.

Com a democratização da sociedade que começou nos princípios dos anos 1990, a noção da sociedade civil na Guiné-Bissau, segundo Teixeira (2008, p.66) começou a alterar e a questionar o caráter novo do conceito e da identidade dos movimentos, ou seja, começou por parte da sociedade quanto “à necessidade de articular novas categorias de análise que pudessem dar conta das mudanças identitárias e ações coletivas dos movimentos populares que surgiam e ressurgiam nesse período. Mas durante esse período do regime partido único, as populações nunca deixaram de se organizar em associações informais sejam elas de caráter cultural, desportiva ou até político, como também sustentou Cardoso (2008, p.11) que “a resistência às tentativas de dominação por parte do PAIGC não se fizeram de dominação da sociedade civil na Guiné-Bissau preceder de algum modo a vaga de democratização iniciada nos finais da década de 80”.

Tanto Teixeira (2008) como Cardoso (2008) entenderam que os movimentos da sociedade civil que colocaram pressão mais ao governo da ditadura do PAIGC, foi grupo de MANDJUANDADES, essas organizações da sociedade civil segundo esses autores surgiram na sua maioria nas grandes cidades no caso de Cacheu, Bissau e Bolama, e elas são exemplos da vitalidade das estruturas tradicionais de socialização que serviram durante época colonial como forma de expressão autônoma das populações.

Essa forma de resistência através de grupos de MANDJUANDADE e DJIDIU ² foi tida pela sociedade civil como forma de resistência para manter a sua autonomia e vínculo de solidariedade e identidade do grupo. De acordo com Teixeira (2008, p.66-67) com isso eles

²MANDJUANDADE é um termo que vem da palavra mandjua, que significa as pessoas da mesma faixa etária. Reunidos para a confraternização, danças e outras manifestações tradicionais com o objetivo de estreitar laços de solidariedade. (BULL, 1989, P. 171; Apud Teixeira ano, p.175). A composição interna do MANDJUANDADE é composto por um Rei, uma Rainha, um Meirinho ou Meirinha, um Cordeiro e um DJIDIU. Todos com suas funções no grupo, a Rainha ou Rei são chefes do grupo em caso de rituais, festas de aniversário ou casamentos eles determinam o montante a ser pago pelos soldados, ou seja, elementos do grupo, para as realizações de eventos. O Cordeiro é mensageiro da comunidade. Já os soldados, embora não tenham uma função específica dentro do grupo sempre são convocados quando o Cordeiro não estiver disposta.

pretendem chamar atenção sobre duas coisas como categorias para compreender a sociedade civil no país, primeiro “pela ênfase atribuída à participação política dos MANDJUANDEDES e dos DJIDIUS, como instâncias da integração da vida associativa nacional; a segunda observação a fazer é justamente salientar de como as duas categorias chamam a atenção para busca de especificidades e novas formas de luta encontrada pela sociedade civil em Guiné-Bissau”.

Na teoria do Mill (2006), a questão de alargamento de bases sociais é muito importante para entender a questão de participação e representação política, na Guiné-Bissau quando essas camadas que outrora foram deixados de lado no que desrespeito a questão de participação política, começou a ser incorporado cada vez mais na sociedade, contribuiu no aprofundamento da democracia e na participação política de grande parte da população, mas isso aconteceu com grande ajuda de algumas leis que foram extintos e algumas aprovadas.

Nos anos 90, segundo Cardoso (2008) a sociedade civil conheceu sua nova dinâmica, pelo fato de ter número de organizações que compõem o tecido do que se convencionou chamar de sociedade civil aumentar consideravelmente.

Segundo ele,

“cerca de dez (10) organizações não-governamentais que existiam no início dos anos 90, o número subiu para mais de sessenta antes de conflito armado de 1998/99 (...) este número ultrapassa os cento e cinquenta, incluindo as organizações internacionais. Os sindicatos também conheceram um crescimento importante. Até década de 80, praticamente só contava a União Nacional dos Trabalhadores” (...) (Cardoso, 2008, p. 11).

Segundo dados trazidos por ele, as associações comunitárias nesse período atingiram 57% de total das associações, associações juvenil 19%, associações profissionais 16% e finalmente associações das mulheres com 5%.

Para analisar a existência de um espaço público ou não, segundo ele há que levar em consideração

a contribuição de dois setores : “o desenvolvimento do âmbito de um espaço público na Guiné-Bissau teria sido impensável sem o florescimento das associações ditas modernas. Poder-se-ia afirmar que o nascimento de um espaço público está intimamente ligado ao florescimento das organizações e associações da sociedade civil. A organização inteira da própria esfera e o esforço de concertação das suas ações com as das estruturas e instituições do Estado estimularam a criação de um espaço, que começou por ser de simples concertação das actividades, mas que progressivamente começou a transformar-se num espaço de reflexão e de debate sobre aspectos relevantes para a vida dos cidadãos, criando assim um elo de ligação cada vez estreito não só das organizações entre si, mas também entre elas e a sociedade em geral”(...) (CARDOSO, 2008, p.12-13).

Para isso Cardoso (2008) considera que a sociedade civil guineense retira sua força em várias fontes, sobretudo nos fontes históricos, “através de evoluções das alianças e das relações inter-étnicas, das estruturas sociais baseadas em classe de idade, dos sistemas de autoridades selecionadas a partir das aldeias” e também das “dinâmicas das formações sócio-religiosas e de uma variedade de instituições rurais de tomada de decisões”.

Mas Cardoso (2008, p. 15) entende que a criação do espaço público aconteceu depois da abertura política que permitiu o aparecimento e consolidação das organizações da sociedade civil, e por outro lado permitiu dentro dessas organizações o aparecimento nos últimos anos de várias redes temáticas muito importantes do ponto de vista da representatividade à nível do país. Essas redes atuam junto dos parceiros nacionais e internacionais, e tratam das questões como a violência contra Mulheres, paz e democracia (WANEP), promoção da participação das mulheres (AMAE) e jovens (RENAJ), nas atividades econômicas, sócias e culturais. RENAJ criada em 2002 constitui a rede nacional das associações juvenis que tem “promovido a participação cívica dos jovens nas atividades de mobilização juvenil, principalmente na luta contra SIDA e no desenvolvimento da cidadania, através da promoção da participação juvenil nos debates públicos”.

Teixeira (2008), compartilhou a mesma ideia de que nessa fase houve um grande progresso, muita articulação, uma crescente participação e representação sociais e políticas, essa participação foi muito notável nos momentos de golpes do Estado e na guerra civil de 1998/99, nesses períodos a sociedade civil desempenhou um papel muito importante na mediação entre partes envolvidas. Entende que a partir dessa altura os movimentos sindicais passam a impor sua legitimidade como força social e política na luta para ampliação de direitos da cidadania, da inclusão social e política e não mais uma expressão do regime do partido único, ele passa a ser expressão dos trabalhadores na luta pela conquista de novos espaços de autonomia e da emancipação em relação ao Estado e os partidos políticos. E os trabalhadores reconhecem movimento sindical como condições fundamentais para a consolidação da democracia.

3.2. Os direitos humanos em Guiné-Bissau

A liberdade e o respeito dos direitos humanos constituem elementos essenciais da democracia, e por outro lado a democracia é um sistema que protege a realização e respetos desses direitos humanos, por isso que a Guiné-Bissau estabelece na sua constituição um Título que trata só dos Direitos, Liberdades, Garantias e Deveres Fundamentais.

A Guiné-Bissau na sua constituição adotou a democracia pluralismo como forma do governo, que tem como principal foco proteção dos direitos humanos, consolidação do Estado de direito como objetivo fundamental do Estado, por isso no artigo 24 da constituição da república afirma que “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou mental, crença religiosa ou convicção filosófica” (constituição da república, artigo 24).

O país já assinou várias convenções tanto nacional como internacionais sobre proteção dos direitos humanos, entre esses podemos destacar o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência Contra as Mulheres; a Convenção sobre os Direitos da Criança; o Protocolo à Carta Africana dos Direitos das Mulheres e o Protocolo à Carta Africana sobre Direitos e o Bem-Estar da Criança em África. Segundo Yasmine Cabral (2015, p.351) citado por um estudo feito em Guiné-Bissau denominado Observando Direitos, de que o país tem dificuldades de colocar esses acordos e protocolos em prática.

A carta africana de direitos do homem e dos povos, aprovado em 18ª conferência dos chefes do Estado e do Governo dos Estados africanos membros da organização da Unidade Africana em 26 de Julho de 1981, em Nairóbi capital da Quênia, mas que entrou em vigor cinco anos depois em 1986. Segundo esse estudo, o centro dessa carta é a presença dos direitos coletivos, ou seja, direitos dos povos, como direito à autodeterminação e livre condução dos negócios de um povo. Mas entendem que hoje, os direitos humanos são classificados em categorias, categorias como direitos de participação política, direitos cívicos, e direitos de organização da sociedade civil, entre esses direitos eles deram como primeiros exemplos, o direito de votar, eleger e ser eleito, como os direitos que personifica em primeiro lugar os direitos humanos, para depois termos outros direitos como, o direito de formar partidos políticos direito de associação, liberdade de opinião e expressão, direito de petição etc.

A Guiné-Bissau, o direito humano é um bem que ainda difícil de dizer que as populações conseguem sentir, isso devido os acontecimentos que vem de um longo período, isto é, desde a independência do país, com assassinatos, espancamentos todos os tipos de violação dos direitos humanos.

Sempre que acontecem assassinatos foram instituídas as comissões de inquéritos, mas que seus trabalhos nunca chegam ao fim, isso acontece segundo a LGDH (2008/2009) por um lado devido a falta de colaboração com as comissões de e por outro lado devido a falta segurança, porque os membros dessas comissões muitas vezes sentem inseguros para conduzir as investigações, principalmente por muitas das vezes os suspeitos são militares.

Na Guiné-Bissau, a onda de assassinatos e espancamentos dos últimos anos tem violado os direitos humanos e políticos no país, isso tem dificultado a tão desejado implantação e consolidação de uma verdadeira democracia. Nesse caso, violências e violações de direitos assumem o caráter de violência política.

Mas com todos esses protocolos segundo a Liga Guineense dos Direitos Humanos, o direito, liberdades e garantias na Guiné-Bissau, continuam a ser um bem longe de ser garantido, isso porque depois da inauguração da democracia no país aconteceram vários episódios de atentado contra democracia e também pela ordem constitucional. Um desses atentados a democracia e à constituição da república foi à morte do presidente João Bernardo Vieira eleito democraticamente, morto por soldados no dia dois (2) de março de 2009, na sua residência, alguma hora depois de o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Baptista Tagme Na Waie ter sido vítima de um atentado a Bomba nas instalações do Estado-Maior General das Forças Armadas em Bissau. Para LGDH esses atos não passam de atentado à consolidação do Estado do direito e a estabilidade no país. (LGDH, 2008/2009, p.5).

Pouco tempo depois desses casos, quando se ia para campanha eleitoral para as eleições presidenciais por conta do falecimento do então presidente da república João Bernardo Vieira, para preencher o vazio constitucional, foram marcadas as eleições presidenciais antecipadas, nesse momento foi anunciado, mais uma tentativa de golpe de estado informado pelo Serviço de Informação do Estado no dia 5 de julho, ou seja, três meses depois das mortes de Nino Vieira e Tagme Na Waie. Nesse novo episódio foram assassinados Helder Magno Proença deputado da Nação, o então ministro da administração territorial e candidato as presidenciais, o Major Baciro Dabó e outros três cidadãos, reivindicado como legitima defesa pelo Serviço de Informação do Estado.

Em conexão ainda com essa suposta tentativa de golpe de estado foram torturados o ex-primeiro ministro Faustino Fudut Embali, o Coronel Antero João Correia ex-diretor de Segurança do Estado, Cidadão Iaiá Dabó e o músico Domingos Brosca. Essa lista foi mais longo ainda, listando outras figuras públicas, no caso: Roberto Ferreira Cacheu,

Marciano Silva Barbeiro, Daniel Gomes, Veríssimo Nancassa, Conduto de Pina, Tito Danfa, Sandji Fati, Afonte Té, Virissimo Nancassa (Tchitchi), Domingos Indi e João Monteiro.

Depois desse período advindo de dois assassinatos, as forças armadas usaram uma forma de intimidação dos cidadãos, onde as liberdades dos cidadãos foi posto em causa, nesta óptica o líder do Partido PADEC Francisco Jose Fadul e o advogado Pedro Infanda foram espancados por indivíduos armados, onde as forças armadas assumiram publicamente o caso de Pedro Infanda como mandante do ato criminoso. (LGDH, 2008/2009, p.11)

No dia 23 de março o Estado-Maior confirma a detenção do Advogado Pedro Infanda como medida de contenção para assegurar a ordem pública, por este dar declarações que o Estado-Maior entende que Poe em causa a estabilidade e ordem pública no seio das Forças Armadas. (LGDH, 2008/2009, p.11).

Com todos os dispositivos jurídicos que o país dispõe continuam a existir assassinatos e golpes do estado. Nesse sentido que a LGDH (2010/2012, P.10) entende que a incapacidade de Estado de assegurar a implementação dos seus compromissos nacionais, regionais e internacionais constitui principais problemas de direitos humanos na Guiné-Bissau, isso permitiu com que a violação dos direitos e liberdades assumia a forma institucional no país. Esses fatores foram conjugados pela LGDH com a inoperância também das autoridades judiciárias e de segurança, que fez com que as praticas socioculturais nefastas no caso, violência com base no gênero, casamento precoce e forçado e também mutilação genital feminina, constituíram como forma de negação a direitos humanos muito frequente no país. (LGDH, 2008-2009/2010-1012).

No relatório da LGDH, com recorte temporal de Abril de 2010 a Dezembro de 2012, foram relatados, mas alguns casos onde novamente deram um destaque grande a violações dos direitos civis e políticos, principalmente o direito a vida e a integridade física dos cidadãos.

De acordo com a LGDH

“(…) num dos momentos de maior estabilidade nos últimos anos foi tornada pública mais uma tentativa de golpe de estado a 26 de dezembro de 2011 durante o qual dois agentes das forças de segurança foram assassinados sem motivo plausível. O primeiro (Vladimir Lenine Crato) aconteceu supostamente no momento em que as autoridades de segurança se dirigiam para a residência do cidadão Roberto Ferreira Cacheu para dismantelar a alegada tentativa de golpe de estado, tendo, no discurso da operação, sido atingido com disparos de armas de fogo que lhe causaram ferimentos graves, tendo sido mais tarde evacuado para Dacar (Senegal), acabou por perder a vida horas depois” (LGDH, 2010/2012, p. 13)

Ainda em consequência desse alegado tentativa de golpe de estado foi executado o Major Iaia Dabo, que foi considerado autor material do assassinato de um agente de Polícia de Intervenção Rápida Sargento Vladimir Lenine. No dia 26 de Dezembro de 2011, o antigo Secretário de Estado de Cooperação e deputado da Nação Roberto Ferreira Cacheu desapareceu cujo paradeiro ainda está por identificar. Três meses outro assassinato, Coronel Samba Djalo antigo chefe da Inteligência Militar e Ex-Diretor Adjunto do Serviço de Informação do Estado, morto por um grupo de indivíduos desconhecidos no dia 18 de Março. (LGDH, 2010/2012).

A violência contra as mulheres constitui uma das preocupações dos direitos humanos na Guiné-Bissau, que levou o país a assinar vários protocolos e convenções desde 1985, antes da introdução da democracia pluralista. Alguns desses protocolos e convenções foram trazidos por LGDH, a convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação (CEDAW), como instrumento de proteção dos direitos das mulheres juridicamente, “assinado pelo país e retificado em 1985, na resolução n 14/85 publicado no boletim oficial n 27 de 06 de junho de 1985”, a Carta Africana dos direitos humanos e dos povos relativos aos direitos políticos em África assinado em Maputo Moçambique através da resolução n 25/2007 da ANP.

No que diz respeito a igualdade de gênero, com todos esses protocolos, os direitos das mulheres continuam a ser violados, tanto nos direitos políticos quanto civis, em diversos quadrantes da sociedade guineense, principalmente o direito a educação, a justiça e a herança. Essas negações aos direitos das mulheres ficam claras no último censo de 2009, onde as mulheres têm número maior de analfabetos, entre 56,28% da população adulta analfabeta 64,12% dessa porcentagem são de mulheres, e em termos da idade de frequentar a escola secundária 19,9% são meninas contra 27,3% dos rapazes.

O governo da Guiné-Bissau para fazer face aos desafios constituiu um Comitê Nacional Contra Práticas Nefastas, mas que segundo a LGDH, praticamente não funciona, Instituto de Mulher e Criança, também que carece de meios técnicos para seu funcionamento com vista a enfrentar os desafios existentes em relação à igualdade e equidade de Gênero.

De acordo ainda com a LGDH, o país apesar de ter retificado a convenção de CEDAW, mas não dispõe de uma política nacional sobre igualdade e equidade de gênero, o grau de implementação dessa convenção segundo esse relatório é quase nula, e existe a discrepância entre a lei nacional e o próprio conteúdo da convenção, por outro lado não existe

uma implementação no plano pratico, dado que não existem medidas políticas e operacionais eficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo este ano o marco dos 23 anos desde a realização das primeiras eleições e 21 anos desde que foi instituída a mais recente Constituição responsável pela consagração da participação popular como direito, é muito importante fazer um balanço crítico sobre a prática da democracia na Guiné-Bissau, a partir das diferentes tradições e teorias da democracia, para poder apontar as alternativas aos diversos desafios da construção da democracia no país.

A Guiné-Bissau desde a abertura política, onde foi posto o fim do regime monopartidário, que vigorava desde a independência em 1973, dando assim ao povo o poder de decidir sobre as questões não só dos seus destinos, mas também de escolher seus representantes para participar nas tomadas de decisão, o país até a data pesquisada nesse trabalho não tem uma legislatura sequer que termine, muito menos de concluir a última etapa do processo democrático, ou seja, a realização das eleições autárquicas. Isso mostra uma grande dificuldade que o país teve e tem ainda em relação à consolidação e funcionamento das instituições e das leis, motivado pela série de motivos que vai desde as disputas políticas dentro e fora dos partidos políticos e dos governos até as instituições do Estado que acabaram por dar em golpes de estados e guerra civil.

Conseguimos discutir e identificar as dimensões e componentes que potencializam e evidenciam a instituição da democracia no Estado e na Sociedade, a partir da tradição liberal elitista e/ou restrita da teoria da democracia e também com as suas teorias de participação política, democracia deliberativa e democracia representativa. Essa discussão nos deu uma base teórica e conceitual para analisar a implantação da democracia na década de 90 e seus desafios na Guiné-Bissau.

A partir dessa análise teórica e conceitual da democracia nos permitiu, a partir de diferentes aspectos da vida política, social e economia da Guiné-Bissau analisar os acontecimentos que marcaram a vida política, desde a data da independência do País. Analisamos período após a independência, ou seja, o período caracterizado como período de transição marcada por acontecimentos que foram significativos na vida política, econômica e social da Guiné-Bissau, acontecimentos como golpes de Estado, programa de ajustamento estrutural do Banco Mundial e FMI, revisões constitucionais, partidos políticos e eleições.

Conseguimos fazer uma análise detalhada das vigências constitucionais da constituição da república desde a constituição de Madina de Boé, constituição de 1984 até a de 1993, revisões constitucional e momentos em que por motivos de golpes de Estado e por causa de guerra civil de 1998/1999 a constituição da república foi posto em causa. Então discutimos nessas vigências constitucionais a organização política, a democracia, organização poder e o sistema político antes e pôs realização das primeiras duas eleições presidenciais e legislativas no país (1994 e 1999/2000).

Tendo em conta o embasamento teórico a partir da desses teóricos da democracia com alguns autores que dedicaram seus estudos sobre esse processo de implantação e desafios que a democracia enfrenta, conseguimos analisar o sistema político, partidos políticos, direitos humanos, sociedade civil, configuração dos círculos eleitorais a partir das eleições de 1994 e 1999. E toda essa análise foi possível graças a alguns documentos, documentos como: constituição da república, lei eleitoral, relatórios e outros, todos eles mencionados nas referências bibliográficas.

Por isso nós entendemos que o Estado precisa de forma efetiva da extensão da sua presença a nível do território nacional, ou seja, a traves da realização das autarquias, descentralizar a sua presença em todas as regiões e sectores do país.

Tradições e teorias democráticas estudados nesse trabalho permitiu-nos chegar às considerações de que para que exista uma democracia como proposto por seus teóricos e almejados por todos os guineenses é necessário que os desafios da sua construção passa por uma ampla reforma política que possa dar ou aperfeiçoar os mecanismos da sua existência, reformular algumas leis da república para que possam ser compatíveis a realidade social, política e econômica do país. Para isso precisa de profundas mudanças no sistema político partidária, sistema eleitoral e reformular os círculos eleitorais, para que os círculos eleitorais correspondam ao número de mandatos em termos demográficos (isso no caso da representatividade no parlamento, número de mandatos por círculo eleitoral corresponder os números de eleitores do círculo), de modo que essas mudanças sejam capazes de remodelar o exercício da democracia. Com isso o sistema político passa responder aos legítimos interesses da sociedade guineense, onde os cidadãos e cidadãs terão oportunidades iguais e plenas.

Observamos e acreditamos que esses desafios e abordagens sobre a democracia deverão ser debatidos em público junto com as outras temáticas como: a igualdade de gênero, direitos humanos, justiça etc.. Como forma de buscar soluções e alternativas que possam dar

sentido a democracia que temos, mas para isso também acontecer, precisamos que as leis sejam reelaboradas e postos em prática no sentido de corresponder ao cotidiano do país onde todos serão tratados de forma igual, e serão também classificados para participar no processo de tomada de decisões relacionadas à política nacional.

Esperamos que este trabalho contribua na busca de construir uma agenda comum de alternativas e de aprofundamento na construção de uma democracia que todos os cidadãos almejam, onde todos os cidadãos serão tratados de maneira igual perante a lei e a justiça do país e que suscite novas abordagens e proporções para as novas pesquisas de pessoas comprometidos com essa causa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assembleia Nacional Popular: **Lei quadro dos partidos políticos** disponível em: <http://www.anguinebissau.org/leis/legislacao/lei-quadro-dos-partidos-politicos?searchterm=lei+elei> acesso em: 11/11/2016
- Assembleia nacional popular: **constituição da república.** Disponível em: <http://www.anguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf/view?searchterm=constitui%C3%A7%C3%A3o+da+> acesso em: 11/11/2016
- Associação de Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua portuguesa: **Lei Eleitoral para o presidente da República e Assembleia Nacional Popular.** Disponível em: <http://www.asg-plp.org/Legislacao.aspx> acesso em: 11/11/2016
- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios: **transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**, 1996, p.13-39.
- AVRITZER, Adriano: **teoria democrática e deliberação pública.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf>, 2000. acesso em 06/10/2016
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Stuart Mill: liberdade e representação.** In: WEFFORT, Francisco. (Org.). Os clássicos da política, vol. 2. 11ed. São Paulo: Ática, 2006.
- CARDOSO, Carlos. Sociedade civil, espaço público e gestão de conflito: **o caso da Guiné-Bissau.** Codersia, Yaounde, Cameroun. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Carlos_Cardoso%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Carlos_Cardoso%20(3).pdf), 2008. acesso em: 14/03/2017.
- CORDEIRO, Roberto Sousa. Dança de cadeira: **Golpes de Estado entre autoritarismo e a democracia guineense.** Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/Dancadecadeira.pdf>, 2009. acesso: 11/11/2016.
- DA SILVA, Fernando Delfim. **Sistema político, sistema eleitoral e círculos eleitorais.** Disponível em: http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=189&titre=Entrevista, 2010. acesso 7/11/2016.
- DJAU, Malam. Trinta anos de golpes de Estado na Guiné Bissau: **uma análise da elite militar.** Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43391/R%20-%20D%20-%20MALAM%20DJAU.pdf?sequence=3&isAllowed=y> acesso em: 11/11/2016.

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal: Guiné-Bissau: **o país de dupla transição**, 2001, p. 129-141.

LUBENOW, Jorge Adriano: Esfera Pública e Democracia Deliberativa em Habermas: **modelos teóricos e discursos críticos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v51n121/12.pdf>, 2010. Acesso em 05/10/2016

MARTINS, Gilberto de Andrade & THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sócias aplicadas**, 2009. P. 54-55.

MACHADO, Eduardo Gomes. Planejamento urbano, democracia e participação popular: **o caso da revisão do plano diretor de fortaleza**. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1254/3/2010_Tese_%20EGMACHADO.pdf, 2010
Acesso em: 06/10/2016.

MONCLAIRE, Stéphane. **Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados**. Disponível em: Scielo <
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a06n17.pdf>, 2010. acesso: 11/11/2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Guiné-Bissau: **da luta armada à construção do estado nacional- conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica**, 2013.
Disponível em: acesso em: 05/09/2006.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. Metodologia científica: **um manual para a realização de pesquisas em administração**. Disponível em: https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf
acesso em 22/03/2017. P. 24-25.

PATAMAN, Carole. Participação e teoria democrática: **II Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole: uma teoria participativa da democracia**. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/PATEMAN,%20C.%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Teoria%20Democr%C3%A1tica%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/PATEMAN,%20C.%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Teoria%20Democr%C3%A1tica%20(2).pdf), 1992. Acesso em: 06/10/2016.

Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012. Disponível em: <http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situa%C3%A7ao-dos-direitos-humanos-2012-VF.pdf> acesso em: 14/03/2017.

Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2008/2009. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf acesso em: 14/03/2017.

Recenseamento Geral da População e Habitação. Disponível em: < http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/estado_estrutura_pop.pdf > acesso em: 10/06/2017 .

RUDEBECK, Lars. Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau: **um estudo de democratização difícil, 1998-2000.** Disponível em: <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:275699/FULLTEXT01.pdf>>acesso: 11/11/2016.

SILVA, Antonio E. Duarte. Seminário “debater” a constituição da Guiné-Bissau: **as constituições da Guiné-Bissau que constitucionalismo?** Disponível em < <http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5B1%5D.pdf> >acesso: 11/11/2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Golpes de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003** Disponível em: < <http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>, 2003. acesso: 11/11/2016.

_____ **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006.** Disponível em:

http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9297/arquivo4096_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y acesso em: 14/03/2017.